

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

**WÉLINGTON SILVA**

**Imprensa cidadã e antirracismo no Período Regencial do Império do Brasil**

BELO HORIZONTE  
ABRIL / 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
WÉLINGTON SILVA

## **Imprensa cidadã e antirracismo no Período Regencial do Império do Brasil**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Gênero e Diversidade na Escola, do Departamento de Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte do critério para obtenção do grau de especialista em Gênero e Educação na Escola.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta.

BELO HORIZONTE  
ABRIL / 2016

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Universidade Federal de Minas Gerais pela oportunidade de realização do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE/UFMG). Agradeço, também, a toda equipe envolvida com o curso e ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG). Gostaria de agradecer especialmente ao professor orientador Dr. Luiz Carlos Villalta pela leitura e comentários, desde o projeto até a versão final deste trabalho. Esse agradecimento é extensivo aos membros da banca examinadora: professor Ms. Raphael Rocha de Almeida e professor Ms. Gabriel Abílio de Lima Oliveira. Ambos contribuíram amplamente para a qualidade desse trabalho e incentivo para prosseguimento da pesquisa. Ainda gostaria de agradecer especialmente a tutora Isabella Tymburibá que sempre auxiliou no desenvolvimento das disciplinas do curso e tem grande participação nesse produto final.

Desde a minha entrada no curso em 2013 muitas pessoas contribuíram diretamente, ainda que não fosse com o texto da monografia. Entre eles gostaria de apontar: Dirceu Lopes, que é segurança na UNIFEI *campus* Itabira e divulgou o período de inscrição no curso. Sem a contribuição do Dirceu provavelmente não teria conhecido a abertura das turmas. Na época minha turma seria formada em Itabira e de início a Esmeralda Silva me acolheu durante a primeira aula, logo depois minha turma foi transferida para Belo Horizonte. Por sua generosidade tinha a obrigação de agradecer à Esmeralda. Alguns companheiros foram essenciais e, também, fazem parte desse texto: Nayara Souto, Renan Vinícius Magalhães e Adriano Rodrigues, pelas referências, leituras e conversas, muito obrigado.

Devo agradecer também a toda turma de professores que realizaram o curso comigo. Eles me fizeram perceber que existem muitas pessoas que estão comprometidas com a Educação. É reconfortante saber que esses professores atuam levando conhecimentos sobre a diversidade em suas práticas cotidianas. Se empenhar na realização um curso de aperfeiçoamento, como o Gênero e Diversidade na Escola, é, em alguma medida, cuidar da educação. E é esse cuidado que nos faz agir eticamente em nossas relações profissionais. Aproveito para parabenizar os meus colegas do GDE pelo o comprometimento com a Educação.

## RESUMO

Problematizando a constituição da cidadania no Período Regencial, esta monografia pretende discutir a criação e a circulação das publicações periódicas *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Publicados na capital do Império do Brasil a partir do ano de 1833, esses periódicos são reconhecidos pela historiografia como publicações voltadas à identidade da população negra ao discutirem a situação da cidadania da população negra livre. Nosso objetivo principal é compreender o antirracismo e a luta contra o reconhecimento público da categoria de raça no Período da Regência. Buscaremos apreender os referidos periódicos e também as afiliações políticas dos seus redatores, no interior de um conjunto de possibilidades linguísticas operacionalizadas naquele contexto. Ao ressaltarmos a importância desses periódicos no contexto do período das Regências no Brasil, esperamos contribuir para a discussão acerca do mito da democracia racial no Brasil, bem como para os debates sobre o racismo e antirracismo na sociedade brasileira.

**PALAVRAS CHAVE:** Brasil Império; Período das regências (1831-1840); Imprensa cidadã; Raça.

## **ABSTRACT**

Questioning the constitution of citizenship in the Regency Period this monograph discusses the creation and circulation of periodicals *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Published in the capital of the Empire of Brazil after 1833, these journals are recognized by historiography as publications aimed at the identity of the black population to discuss on the status of citizenship of the free black population. Our main goal is to understand the anti-racism and the fight against public recognition of the race category in the Regency Period. I'll be reading these journals seeking to apprehend them within a set of linguistic possibilities operationalized in that context and seek to also seize the political affiliations of such journals editors. Emphasizing the importance of these journals in the context of the Regency Period in Brazil, I hope to contribute to the discussion about the myth of racial democracy in Brazil, as well as discussions on racism and anti-racism in Brazilian society.

**KEYWORDS:** Brazil Empire; Period of regencies (1831-1840); citizen media; Race.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>9</b>
<b>Capítulo I – O Período Regencial como laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais</b> .....	<b>16</b>
I - Primórdios da Imprensa brasileira: novo sistema de comunicação e as primeiras gazetas no XIX.....	18
II - Opinião pública e grupos políticos no interior das publicações periódicas.....	23
III - Movimentos sociais no Período Regencial .....	28
<b>Capítulo II – Imprensa cidadã e antirracismo</b> .....	<b>35</b>
I – Francisco de Paula Brito e a Tipografia Fluminense .....	37
II - Os periódicos da <i>Imprensa Cidadã</i> .....	50
III – A linguagem racializada da política do oitocentos.....	55
IV – Sobre a leitura no Brasil Regencial .....	60
<b>Conclusão</b> .....	<b>64</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>66</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>71</b>
ANEXO I – Quadro com Obras impressas por Francisco de Paula Brito.....	71
ANEXO II – Cabeçalho de <i>O Homem de Cor</i> (1833) .....	76

## **ÍNDICE DE IMAGENS**

Imagem 1 - Francisco de Paula Brito.....	38
Imagem 2 – Vista do Real Teatro São João no Rio de Janeiro .....	40

## **ÍNDICE DE GRÁFICO**

Gráfico 1 – Jornais (por título) publicados no Rio de Janeiro, 1808-1840.....	24
---	----

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1 - Trastes de uso doméstico deixados pelo finado Francisco de Paula Brito .....	44
Quadro 2 - Avaliação da “armação e mais móveis do escritório” e loja .....	45
Quadro 3 - Estabelecimento Tipográfico deixado pelo finado Francisco de Paula Brito .....	46
Quadro 4 - Livros deixados pelo finado Francisco de Paula Brito.....	47
Quadro 5 - Títulos arrolados no Inventário de Paula Brito por autor, gênero e ano de edição.	48

## **LISTA DE ABREVIACÕES**

AF-Aurora Fluminense.

BP – Brasileiro Pardo.

GRJ – Gazeta do Rio de Janeiro.

HC – O Homem de Cor.

IP – Investigador Português.

NLB – Nova Luz Brasileira.

CB – Correio Braziliense.

TR – Triumvir Restaurador, ou a lima surda.

## INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa está focada sobre a compreensão de raça como sendo uma categoria socialmente construída e, portanto, dotada de uma existência histórica e ativamente reforçada no interior da sociedade. A categoria raça tem sido evidenciada como portadora de força política por alguns pesquisadores, para os quais existe a possibilidade de um uso que a aproxime de uma posição que realce o caráter historicamente construído de crenças e práticas de discriminação social. Ao ser pensada como uma categoria de análise, a ideia de raça, ademais, pode apontar para um histórico de organização de desigualdades, que foram construídas e reforçadas no interior de nossa sociedade ao longo do tempo. Nesse sentido, de acordo com Guimarães:

Diferenças fenotípicas entre indivíduos e grupos humanos, assim como diferenças intelectuais, morais e culturais, não podem ser atribuídas, diretamente, a diferenças biológicas, mas devem ser creditadas a construções socioculturais e a condicionantes ambientais (GUIMARÃES, 2005, p. 24).

Podemos, a partir desta leitura de Guimarães, compreender a categoria raça mais como uma categoria política e, por conseguinte, como possuidora de uma função analítica importante, principalmente no que tange à organização social fundada na crença equivocada da superioridade de uma raça em detrimento a outra.

O uso da categoria raça deve ser pensado, então, dentro de uma composição social e histórica, não excluindo o efeito perverso resultante de uma análise pouco densa. A partir deste alerta, deixado por Azevedo, devemos partir para uma análise que busque a compreensão da categoria raça como “como dotada de uma carga histórica de três séculos de composição e reforço de um fardo perverso ligado a construções racistas” (AZEVEDO, 2005, p. 299). A partir de uma reflexão criteriosa sobre a categoria raça, buscaremos compreender a luta contra o reconhecimento público da categoria de raça no período da regência no Brasil. A década de 1830 pode ser compreendida como o primeiro momento da manifestação do antirracismo no Brasil. Ainda que a noção de “raça” não tivesse uma validação científica forte e que o termo “racismo” ainda não tivesse surgido no vocabulário da população, o reconhecimento de desigualdades existentes entre “raças humanas” posicionava os indivíduos

em situações distintas social e politicamente, sendo presentes denúncias sobre “preconceito de cor” contra cidadãos afrodescendentes ditos de “cor” (AZEVEDO, 2005, p. 299-300).

Os periódicos que serão utilizados como fontes para nosso trabalho são: *O Homem de Cor*, *O Lafuente*, *O Brasileiro Pardo* e *O Cabrito*. Todos são produzidos a partir de 1833 e têm pouquíssimos números publicados, assim como vários outros periódicos da época. Ana Flávia Magalhães Pinto, em sua dissertação, encara essa produção periódica como sendo fruto de um primeiro intento de denunciar a situação dos negros no interior da sociedade imperial, marcadamente distintiva, apoiada em critérios de pureza de cor e raça (PINTO, 2006, p. 26). Esses periódicos, segundo a abordagem de Azevedo (2005), ao denunciarem a situação do negro no interior da sociedade, não questionaram traços marcantes daquela situação. Em nenhum momento, esses periódicos apontaram para questões que tratassem da situação da escravidão, respeitando então os direitos de propriedade dos senhores de escravos.

Neste trabalho, abordaremos a dimensão social e cultural da categoria raça, buscando compreender parte da dinâmica histórica relacionada à consolidação deste termo como medida de diferenciação entre indivíduos. Dessa forma, acreditamos estar reconhecendo que diferenças compreendidas como raciais estão ligadas a uma construção social que pode ser apreendida e contextualizada. Uma das formas de compreensão dessa construção pode estar diretamente ligada às formas da sociedade brasileira desde a época colonial e à escravização de afrodescendentes durante nosso passado. Desde então, o que pode ser percebido é o reforço de relações de poder entre “raças”, que são fundamentadas nas construções históricas<sup>1</sup>.

A naturalização, que é produzida pelo viés que percebe uma classificação entre raças humanas, se sustenta numa perspectiva teórica que identifica marcas fenotípicas como sendo portadoras de uma essência moral, intelectual e cultural. Assim, a categoria raça, bem como sua ligação com o desenvolvimento de preceitos científicos durante os séculos XVIII e XIX carregam mais elementos políticos e ideológicos que dimensões científicas ou naturais (GUIMARÃES, 2005; MUNANGA, 2004). Raça foi um termo comumente empregado pela parte livre e branca da sociedade brasileira desde meados do XIX, saudando as descobertas da ciência nessa matéria. Mesmo com a possibilidade de se estar argumentando teleologicamente sobre este tema, podemos perceber que, desse momento em diante, o desenvolvimento da nação brasileira está intimamente ligado ao pretense potencial explicativo contido nesse

---

<sup>1</sup> Dessa forma, como afirma Gomes: “não significam, de forma alguma, um dado da natureza. É no contexto da cultura que nós aprendemos a enxergar as raças. Isso significa que aprendemos a ver negros e brancos como diferentes na forma como somos educados e socializados a ponto de essas ditas diferenças serem introjetadas em nossa forma de ser e ver o outro, na nossa subjetividade, nas relações sociais mais amplas” (GOMES, 2005, p.49).

termo. A categoria raça assume uma posição tão forte que, mesmo quem reconhecidamente percebia a ideia de “preconceito de cor” contra a população negra, muitas vezes não se desvencilhava da crença na existência de raças humanas. Já o conceito de racismo, muito provavelmente só foi mobilizado, com a força semântica que creditamos a ele hoje, no início do século XX. Nesse momento, pesquisadores críticos do “preconceito de cor” e sensíveis às denúncias do movimento pan-africanista passaram a refletir sobre a categoria de raça e, assim, abandonaram a postura tradicional e iniciaram assim sua desnaturalização (AZEVEDO, 2005)<sup>2</sup>. O uso da categoria raça serviu como base para a invenção de um “outro” inferior e, a partir da compreensão da alteridade, tornou-se meio para justificar as práticas de exploração e subjugação, principalmente, durante os séculos de colonização.

Igualdade e diferença, como formadores de posição social, não podem ser compreendidas externamente a um sistema de significação que inclua a posição de alteridade e a construção desses conceitos (WOODWARTH, 2000). Dessa forma, a complexa relação existente entre igualdade e diferença é apresentada como uma formação social. Nesse sentido, a compreensão de que o indivíduo permeia uma teia de significações é da mesma forma importante (GEERTZ, 1968). Sendo a identidade e a diferença produtos de um processo social, simbólico e discursivo, temos que o processo de caracterização do mundo social se dá através da alteridade. Assim, para Silva, a divisão entre “nós” e “eles”, presente em quase toda relação social, traduz formas de classificação. Temos que o processo de construção da classificação, além disso, está diretamente relacionado às formas identitárias. Logo, classificar e hierarquizar se aproximam (SILVA, 2000).

Uma das chaves interpretativas possíveis para pensarmos o conceito de alteridade pode ser tomada a partir da relação entre indígenas e espanhóis na chegada de Colombo à América, descrita por Tsvetán Todorov. Todorov aborda os problemas da relação entre indígenas e espanhóis no contexto da chegada dos europeus na América. O principal problema da obra de Todorov está na questão: como se comportar em relação ao outro? Esta é a ideia motriz dessa obra, e, em sua primeira parte, o que nos mostra Todorov é a confusão inicial de sentidos e significados existente no contato entre ameríndios e Cristovão Colombo<sup>3</sup>. Para Todorov, “[p]ode se descobrir os outros em si mesmo, e perceber que não se é uma

---

<sup>2</sup> Sobre o aparecimento da palavra “racismo” em dicionários de língua inglesa e francesa, ver MILES (1989, p. 42) e DELACAMPAGNE (1983, p. 14).

<sup>3</sup> O sentimento de estranheza em relação aos índios é notado na primeira menção de Colombo aos índios: “Então viram gentes nuas...” (TODOROV, 1983, p. 33). Por diferenças na cultura, também se observa: “‘Até pedaços de barris quebrados aceitavam dando tudo o que tinham, como bestas idiotas’, temos a impressão de que é ele [Colombo] o idiota: um sistema de troca diferente significa, para ele, a ausência de sistema, e daí conclui pelo caráter bestial dos índios” (TODOROV, 1983, p. 37).

substancia homogênea, e radicalmente diferente de tudo o que não é em si mesmo; eu é um outro” (TODOROV, 1983, p.3).

As construções das relações de igualdade e diferença são também fruto dos valores lexicais dos indivíduos. Nesse sentido, a formulação da ideia de linguagem também é importante em nossas análises. A linguagem deve ser percebida como criação social, articulando signos os mais variados, a fim de se estabelecer comunicação. Ao se comunicarem, os indivíduos estão inseridos em uma série de signos e significados já preestabelecidos e que, quando mobilizados dentro do discurso, são adotados de forma em que a relação entre enunciado e contexto seja estabelecida da maneira mais coerente e exata possível (SAUSSURE, 2008). A linguagem é, então, dotada de complexas relações sociais e culturais. Dessa forma, a linguagem é constituidora do mundo social e implica um processo de construção de alteridade, simbólico e de regulação dentro dos jogos de poder (principalmente, através da nomeação) <sup>4</sup>.

De acordo com essas reflexões, abordando as questões sobre igualdade e diferença, temos as principais bases para a compreensão das discussões que promovem o debate acerca da inclusão e diversidade dentro de nossa sociedade. Igualdade e diferença possuem uma dinâmica histórica própria, na qual todas suas definições e consequentes redefinições são elaboradas a partir de movimentações políticas. A inclusão das agendas, todavia, é realizada na medida em que existe uma demanda social sobre determinada questão (ARROYO, 2011). Dessa maneira – e ainda que a partir de esforços individuais nem sempre correspondidos –, a sociedade e suas leis lançam um olhar a cada nova questão que inquieta sua população. Uma das mais importantes dessas formas de criação de políticas que visam à inserção de agendas dentro da estrutura política do Estado está ligada aos movimentos sociais.

Um dos pontos cruciais é apontar para uma associação paradoxal, conforme apresenta Azevedo (2005), entre as categorias raça e racismo. Segundo a professora, esta associação paradoxal está também na ideia de “antirracismo que temos no nosso presente, a despeito de suas intenções libertadoras em matéria do sofrimento humano” (AZEVEDO, 2005, p. 299). Para Azevedo, esse tipo de antirracismo possuía duas características que aqui merecem destaque: 1) não formula política para acabar com a desigualdade social naquilo em que ela é mais extrema: a enorme assimetria existente entre falta de posses e concentração de riqueza;

---

<sup>4</sup> Também devemos perceber o caráter de performatividade, ou seja, a linguagem tem o poder, por meio da utilização dos conceitos, de produzir enunciados que, no interior de sistemas de significação, realizam significados (AUSTIN, 1975). Os conceitos utilizados não são estáticos, isto é, os conceitos mobilizados são resultado de uma intensa movimentação política e, nessa disputa, não apresentam um sentido único e coeso. Dessa maneira, a linguagem, por constituir-se performativa e em constante elaboração, é um dos instrumentos que podem garantir a construção de uma sociedade mais democrática.

2) compreendia política que permitia a ascensão daqueles que se afastaram da base da pirâmide social, mas não oferecia acesso a todos os indivíduos subjugados, em sua grande maioria esquecidos. Para Azevedo, “em tempos da Regência, e durante o segundo Império, os ‘esquecidos’ do antirracismo universalista eram os escravos, e também os nacionais pobres livres, em sua maioria afrodescendentes”. Demonstra-se, assim, uma clara intenção liberal nessa forma de antirracismo, manifesta na crença num processo de ascensão social que tirasse o indivíduo de uma posição inferior e o conduzisse ao grupo dominante dentro de um sistema que possuía o capital como razão de ser (AZEVEDO, 2005, p. 315-316).

Ao lançar um olhar sobre a imprensa cidadã do século XIX, Azevedo aponta como sendo o momento inicial do antirracismo brasileiro, “época em que o termo ‘raça’ ainda estava longe de alcançar a sua ‘veracidade’ científica a ponto de petrificar-se em nossas mentes como uma realidade irrecusável, venha em sua versão mais dura” (AZEVEDO, 2005). O nascimento de um discurso e de uma prática jornalística negra não disseminadora dos estigmas raciais e comprometida com o valor máximo republicano, que é a igualdade de direitos, é percebido na imprensa do século XIX e XX. Desde 1833, os jornais negros<sup>5</sup> afirmavam os direitos dos cidadãos brasileiros para ilustrar o grau de exclusão e discriminação que atingiam os descendentes de africanos. Os jornais da imprensa negra do século XIX foram a expressão real de que “os afro-brasileiros conseguiram formular uma fala própria e torná-la pública. Ainda que não tenham alcançado simultaneamente todo o território nacional, esses impressos são parte do esforço coletivo de controlar os códigos da dominação e subvertê-los” (PINTO, 2006, p. 70). Estavam inseridos na luta contra o racismo, discriminação e preconceito racial no Brasil.

O contexto de produção desses periódicos é totalmente propício para a compreensão da terminologia de raça, conforme apresentamos. O Período Regencial (1831-1840) foi um momento de intensa movimentação política, e nele principalmente dois pontos merecem destaque: 1) o estabelecimento da ideia de Nação brasileira através das múltiplas identidades, entre elas a do negro (BARMAN, 1988). Ainda que o negro estivesse nesse período subjugado ao regime escravista, que não o reconhecia como integrante da sociedade, a parte livre da população negra existia enquanto “embranquecida” e conseguia lograr êxito em alguns empreendimentos, como os periódicos selecionados para nossa análise demonstram; 2)

---

<sup>5</sup> A historiografia tem se referido a este período reportando o surgimento de uma “imprensa mulata”, destacando seus intuítos nativistas em defesa da população mestiça e negra livre. Todavia, segundo AZEVEDO (2005), “ainda conhecemos pouco o conteúdo textual desta série de jornais cujos títulos são expressivos de um sentimento de autoafirmação racial e de uma vontade de se contrapor à tradicional hierarquia racial pública associada com a colonização portuguesa”. Sobre o conceito de imprensa mulata, ele é apresentado em FLORY, Thomas. Race and social control in independent Brazil. *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, nº 2. 1977.

as publicações voltadas para a população negra debatiam, no interior das mais diversas disputas políticas, o lugar dos negros livres na sociedade brasileira (MOREL, 2003), embora elas continuem reforçando a posição dos escravos, como, por exemplo, ao apoiar a Constituição de 1824, que previa a escravidão como forma de regime de trabalho.

A compreensão de um projeto que busque, na história, vozes da população negra se baseia na premissa de que houve um processo de construção identitária de pessoas negras livres em meio à vigência do sistema escravista. Os jornais que constituem objeto de estudo são importantes porque estavam engajados no reconhecimento da cidadania da população afro-brasileira em tempos de escravidão, discutindo identidades, inserindo o afro-brasileiro na constituição da nação e apresentando temáticas para a defesa da cidadania universal dos homens livres, como, por exemplo, o fato de negros não poderem ocupar cargos públicos<sup>6</sup>. Comumente é abordada a temática de publicações voltadas para um público negro durante as primeiras décadas do século XX, explicando-se tais iniciativas editoriais a partir da formação da Frente Negra brasileira, do Teatro experimental do Negro, ou de jornais negros paulistas; ou então, focalizando-se os finais do século XIX, depois da abolição da escravidão, o que é explicado por privilegiar um recorte metodológico.

A monografia está dividida em dois capítulos. O primeiro, *O Período Regencial como laboratório de formulações e de práticas políticas e sociais*, busca apresentar os principais debates políticos existentes no Período das Regências. A imprensa periódica e o complexo arranjo da sociedade brasileira têm destaque nesse capítulo. Para tanto, partimos de uma apresentação do surgimento da imprensa periódica no território brasileiro e, assim, buscaremos apresentar uma virada na temática dos debates no interior da imprensa no pós-Independência. Compreender os debates envolvidos no interior das disputas políticas no período é reconhecer um complexo arranjo social que se apresenta, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, integrando questões étnicas a um processo de consolidação da cidadania no Brasil.

No segundo capítulo, *Imprensa cidadã e antirracismo*, apresentaremos o surgimento de um tipo de imprensa, no interior dessas disputas políticas e que buscou tratar de questões mais individualizadas como o espaço da população “de cor”. Esses periódicos, escritos com

---

<sup>6</sup> Merece destaque o cabeçalho do periódico o *Homem de Cor*. Ele é repartido em duas partes, sendo que uma delas apresenta trechos da Constituição do Brasil de 1824, mais especificamente os títulos 2º e 8º. Esses títulos tratavam diretamente da condição de quem seriam os cidadãos brasileiros. Conforme a Constituição de 1824, nenhum tipo de discriminação por cor de pele poderia ser atribuída aos cidadãos brasileiros. Já a margem direita de seu cabeçalho traz a fala de Manoel Zeferino dos Santos, presidente da província do Pernambuco, acusado pelo redator do jornal de separar os homens pela tonalidade de pele, diferenciando os “homens brancos” dos “homens de cor”.

tom de pasquins, usavam de linguagem agressiva e ácida para defender seus posicionamentos políticos. Veremos que surge uma verdadeira linguagem racializada no interior desses debates. Ao discutir questões de exclusão da população de cor, esses periódicos estavam apresentando uma possível saída para uma forma universalizada da cidadania que não assumisse nenhuma distinção por caracteres fenotípicos. Veremos, ainda nesse capítulo, que os debates ocorridos nos pasquins apresentam uma segmentação cada vez mais acentuada da população negra.

## **CAPÍTULO I – O PERÍODO REGENCIAL COMO LABORATÓRIO DE FORMULAÇÕES E DE PRÁTICAS POLÍTICAS E SOCIAIS**

Em sete de abril de 1831, d. Pedro I abdicava de seu posto de imperador do Brasil em nome de seu filho d. Pedro de Alcântara. A abdicação se deu passados menos de dez anos da independência e em um contexto de tensões sociais e de oposição sistemática dos liberais, que buscavam reformas. Podemos reconhecer o “sete de abril” como consolidação do processo de independência que vinha se configurando na sociedade brasileira desde o fim do pacto colonial em 1808. Nesse sentido, a abdicação assinala o momento em que forças portuguesas que gravitavam em torno da figura do Imperador, ele próprio português, foram definitivamente afastadas (HOLANDA, 1976).

No entanto, a diminuição da influência direta de portugueses no governo do Brasil não alterou a vida cotidiana das camadas mais populares do país. Menos ainda garantiu o *status* de cidadão a todos os habitantes. O que se observa, com o fim do governo de d. Pedro I, é que as elites agrárias, livres do autoritarismo monárquico, buscaram constituir uma fórmula de Estado que consolidasse em definitivo seu poder, preservando a estrutura escravista e latifundiária de produção. Os anos que seguiram foram marcados, ainda, por disputas que giraram em torno da maior ou menor autonomia provincial.

Com a abdicação e a impossibilidade do herdeiro de d. Pedro assumir o trono, em uma reunião da Assembleia Geral decidiu-se que a liderança do governo seria provisoriamente ocupada por três regentes. O período provisório durou apenas três meses, entre abril e junho de 1831. Ainda em junho, foi adotada a forma permanente da regência, permanecendo com três regentes. A regência permanente dura de junho de 1831 a outubro de 1835 e, nesse período, fica ainda decretado, através de um Ato Adicional, que seria implantado um modelo de regência Una e seria ainda o regente eleito por voto direto e para um período de quatro anos.

Por todo o caráter descentralizador do poder e pela abertura política, essa primeira fase do período de regência (1831 a 1835) é reconhecida como “avanço liberal”. Durante o período do avanço liberal, foram discutidos e definidos alguns pontos de grande importância para o objeto do nosso trabalho. A criação da Guarda Nacional em 1831, a Promulgação do Código de Processo Criminal em 1832 e também a aprovação do Ato Adicional em 1834 confirmam esta tendência descentralizadora, principalmente a partir da criação de Assembleias Legislativas Provinciais.

É certo que, mesmo durante o “avanço liberal”, não houve um tom harmonizado nas propostas de modelo de Estado que deveriam ser seguidas pelo Brasil. Há, na historiografia sobre o período, uma divisão clássica para a política em três grupos distintos: 1) os que defendiam o retorno de d. Pedro I, que era composto de comerciantes portugueses e funcionários do Estado; 2) os que defendiam uma monarquia constitucional, composto por proprietários rurais; e 3) os que defendiam a autonomia das províncias, composto de profissionais liberais e pequenos comerciantes. Os *restauradores*, os *liberais moderados* e os *liberais exaltados* – conforme essa denominação tradicional – formulavam suas propostas balizando-se entre tendências centralizadoras e tendências descentralizadoras, buscando uns, a maior autonomia das províncias e outros, o centralismo, receando uma possível fragmentação do país.

Todavia, a aceitação de definições tão rígidas para compreensão desse contexto significaria eliminar grande parte das tensões e dos lances existentes no interior do jogo político da regência. Compreender esse período como dotado de intensa movimentação política é o objetivo desse capítulo. É necessário perceber ainda que, ao se agruparem em determinadas formas no interior do jogo político, as pessoas recorrem a conjuntos de símbolos, linguagens e exemplos que tentam influenciar a construção de horizontes possíveis para o Estado no Brasil. Dessa forma, a compreensão das denominações *liberais exaltados*, *liberais moderados* e *restauradores* deve partir de uma leitura que privilegia a disputa política, visando-se entender que estes termos foram usados pelos próprios agentes históricos, sendo mais formas de identidades relativas e acusações de agrupamento, construídas não para permanecer, mas para serem usadas no calor dos embates.

Partiremos, para tanto, de uma breve compreensão sobre a liberdade de imprensa e opinião pública, retomando o aparecimento da imprensa no Império luso-brasileiro. Compreender como a imprensa surge no Brasil é fundamental para conseguirmos perceber uma viragem que deixa de conter apenas discussões sobre o caráter fundador da nação e em que surgem jornais criados para nichos específicos, como os que trataremos no segundo capítulo. Em seguida, faremos algumas considerações sobre a formação da cidadania e do Estado, buscando compreender principalmente os embates políticos travados no interior das publicações periódicas. Por último, analisaremos como os movimentos revoltosos ocorridos durante esse período muito têm a dizer sobre o tipo de sociedade que se formava no Brasil.

## **I - Primórdios da Imprensa brasileira: novo sistema de comunicação e as primeiras gazetas no XIX**

A chegada da família real possibilita o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro, ampliando, e muito, o universo populacional. Entre outras mudanças, dava-se início a materialização das condições indispensáveis para a circulação de ideias de maneira mais ampla. O surgimento de um público leitor e a gênese de uma esfera pública ativa também fazem parte deste contexto. Todavia, apenas razões de natureza material não explicam o atraso brasileiro no campo da imprensa em relação às outras colônias da América Espanhola. Há de se acrescentar uma expectativa que ultrapasse as condições materiais, a compreensão da força política de uma ideia expressa na forma de escrita.

A compreensão dessa condição extra material para o desenvolvimento da imprensa se mostra favorável nos quadros do estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro, criando formas de pensamento em público ampliado, favorecendo a circulação de periódicos, mesmo que nesse início de maneira restrita. Apenas após o término da censura, em 1821, são criadas condições para a proliferação de jornais, inclusive nas províncias mais distantes do Rio de Janeiro. A teia das notícias é construída, sobretudo, pela rede de informações verbais, que podem ter origem nas letras impressas, as quais são retransmitidas oralmente a outros ou diretamente pela conversa oriunda dos ambientes privados. Ao mesmo tempo, as letras impressas passam a se nutrir do jogo das práticas orais. Para Barbosa:

Somente uma mentalidade abstrata pode atribuir valor efetivo a algo imaterial como ideias que circulam sob a forma de jornais. Não bastam, portanto, condições econômicas e políticas concretas. Para existir a imprensa e se atribuir a ela o valor de transmissora de opinião e informação, é preciso que se desenvolva essa mentalidade abstrata. Assim, se os portugueses que aqui aportaram em 1808 já trazem essa disposição, seria necessário ainda um longo período para que o valor abstrato da imprensa se esparramasse pelas cidades, criando efetivamente um público ávido por informações. Não é tão-somente o analfabetismo que impede a explosão da imprensa. Numa sociedade oralizada por excelência, as letras impressas sempre foram mais ouvidas que lidas (BARBOSA, 2010, p. 21).

Sobre essa imprensa que se desenvolve no Rio de Janeiro, destaca-se o periódico a *Gazeta do Rio de Janeiro*. De fato, a *Gazeta*, jornal oficial da monarquia portuguesa impresso

pela Impressão Régia, não impedia a inclusão de informações de interesse amplo ao público. Enunciava, na sua primeira edição:

Esta Gazeta, ainda que pertença por Privilégio aos oficiais da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra não é contudo Oficial e o Governo somente responde por aqueles papéis, que nela mandar imprimir em seu nome<sup>7</sup> (GRJ, nº 1, p 1, 1808).

O periódico estava diretamente vinculado a uma repartição pública real, ainda que a empresa, propriamente dita, se constituísse de sócios que dela usufruíam eventuais lucros. Na medida em que o jornal tinha certa garantia de assinaturas que o financiassem, criava-se um compromisso com o público leitor.

A administração da Impressão Régia competia a uma Junta Diretora, que deveria, segundo as instruções do príncipe, “examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes”. A afirmação presente no primeiro número da *Gazeta* denuncia que o governo não confiava tanto no grupo de editores. Ou também, pode ser compreendida como uma tentativa de parecer livre e isenta em suas informações. Seja como for, sabe-se que, na verdade, o próprio Príncipe d. João lia os originais, em português, francês ou inglês, e depois a junta administrativa ainda relia todo o material, antes que o mesmo fosse enviado ao prelo. Essa junta era formada por José Bernardes de Castro, Mariano da Fonseca e José da Silva Lisboa (RIZZINI, 1988, p. 317). Ainda assim, o fato de ser impresso sob as normas da Coroa portuguesa não fazia da *Gazeta* fonte menos importante para a compreensão do período.

Dessa forma, a imprensa que serve à administração real traz, para o século XIX, muito das formas de circulação das ideias existentes no interior do Reino de Portugal, bem como entre este e o que se passava no resto do mundo. Ao lado das notícias da guerra napoleônica e de outras informações a nível global, figuraram informações cotidianas, impressões dos leitores, mostrando inclusive as formas de divulgações e a rede de informação que existiam nas cidades.

Segundo Neves, a criação da impressão régia contribui para produção e circulação de livros e torna mais intenso o controle da censura da Coroa. Cita como exemplo o que se passou com *O Português*, periódico publicado a partir de Londres e que é conhecido pela

---

<sup>7</sup> Atualizaremos a grafia de palavras das fontes para as regras ortográficas atuais, mantendo as maiúsculas, a estrutura e a pontuação originais.

historiografia por exportar ideias liberais tanto na política, como na economia, além de ser um defensor da liberdade de imprensa. *O Português* foi “proibido de ser recebido, vendido ou retido pelos vassallos de D. João VI neste Reino e domínios ultramarinos”, em razão de seus discursos “sediciosos e incendiários”, com o principal objetivo de “perturbar a harmonia estabelecida em todas as ordens do Estado e introduzir a anarquia” (NEVES 1999, p. 385).

A imprensa produzida no exílio, apesar da censura, tem grande recepção dentro da sociedade na América portuguesa. As publicações impressas em Londres, onde estavam livres da censura, eram transportadas clandestinamente até o Brasil e aqui circulavam no submundo das Letras. Publicações como *O Investigador Português*, *O Português*, e *O Correio Braziliense*, o mais conhecido desses jornais de então, traziam informações vindas da Europa e também críticas à administração portuguesa. *O Correio Braziliense* foi amplamente referenciado nos estudos como um periódico que compunha um paradigma diferente do da *Gazeta do Rio de Janeiro*, criando, na bibliografia sobre o tema, um verdadeiro mito sobre a formação da imprensa brasileira. Hipólito da Costa, o seu idealizador e editor, é elevado à condição de verdadeiro jornalista. Aquele que, de maneira destemida, publica críticas ao sistema colonial, sendo responsável por um “jornalismo desassombrado e persistente” (BAHIA, 1990, p. 25). Mesmo publicações mais atuais referendam o “real pioneirismo em termos do jornalismo no país de Hipólito José da Costa”, ainda que ofuscando eventuais controvérsias e alertando para interpretações baseadas em visões anacrônicas. Esses autores enfatizam o “prestígio” do jornal em razão de seu caráter crítico e bem informado, ainda que não saibamos como dimensionar essa opinião (ROMANCINI e LAGO, 2007, p. 25). Buscaremos uma breve apreciação das propostas destes periódicos a fim de melhor compreendermos os percursos da imprensa no território brasileiro, antes de 1822.

No *Correio Braziliense*, o comentário se soma à informação, evidenciando a posição de seu editor Hipólito da Costa. Esta seria a primordial diferença entre esse periódico e a *Gazeta do Rio de Janeiro*, onde os comentários são escassos e a informação tratada sempre valoriza a família real. Sumariamente, podemos afirmar que a *Gazeta* deve prestar contas ao oficialismo, situação que não a diminui, devendo ser entendida como condição, herdada de toda a maioria dos jornais de então. O que é certo é que o início das atividades da Imprensa Régia não se reduziu à publicação de documentos oficiais ou de um jornal. Também incluiu a edição de livros, como se verifica naquela mesma primeira edição do jornal, que traz a seguinte: “Notícia – Estão no Prelo as interessantes Obras seguintes Memória Histórica da invasão dos Franceses em Portugal no ano de 1807. Observações sobre o Comércio Franco do Brasil”. Embora, aqui, sem indicação de autoria, sabe-se que fora escrita por José da Silva

Lisboa, membro da junta administrativa da Imprensa Régia, e que seria devidamente registrada inclusive pelo *Correio Braziliense*, na medida em que Hipólito José da Costa festejou o que imaginou traduzir a “liberdade de imprensa” almejada, situação que logo verificou ser falsa. Pensada como um projeto político, administrativo e financeiro, já a edição de 17 de setembro – segunda, do jornal – traz novo anúncio significativo: “Avisa-se o Público, que a Gazeta do Rio de Janeiro sairá todas as quartas, e Sábados - em consequência os Assinantes deverão assistir com o dobro da primeira assinatura” (GRJ, nº 2, p. 4). Sucesso de público ou evidência de imprevidência, improvisação e desconhecimento de planejamento, verifica-se que a edição do jornal seria muito mais dispendiosa do que se calculara a princípio. Outro detalhe interessante é que, na primeira edição, em continuação ao auto anúncio de lançamento do jornal, anunciava-se “que na mesma Gazeta se porão quaisquer anúncios, que se queiram fazer, devendo enviar na 4ª. Feira no fim da tarde na Imprensa Régia”.

Já o *Correio* apresenta uma diversificação de públicos e uma segmentação, dirigindo-se ao público ilustrado. Nada tinha de informação simples do que se produz no centro de poder, toda a informação era seguida de ávidos comentários de Hipólito da Costa – principalmente na seção denominada *Miscelânea*, onde encontramos uma resenha das notícias do mês. Observe-se, assim, o editorial de lançamento do *Correio Braziliense*, em junho de 1808:

O primeiro dever do homem em sociedade é de ser útil aos membros dela, e cada um deve, segundo as suas forças Físicas, ou Moraes, administrar, em benefício da mesma, os conhecimentos, ou talentos, que a natureza, a arte, ou a educação lhe prestou [...] Tal tem sido o trabalho dos redatores das folhas publicas, quando estes, munidos de uma critica são, e de que censura adequada, representam os factos do momento, as reflexões sobre o passado, e a sólidas conjecturas sobre o futuro (CB, nº1, 1808).

Eis aí todo um programa de ação que, de maneira muito clara, apresenta o *Correio Braziliense* como uma obra jornalística. Hipólito José da Costa tem muito claro o papel que um jornal desempenhava naquele tempo: crítica sã, comedimento, reflexões sobre o passado, representação dos fatos do presente e conjecturas sobre o futuro. Qualquer manual de teoria do jornalismo que consultemos vai expressar exatamente esta tripla preocupação, traduzida por esta tríplice função: o jornalista deve informar e criticar, com responsabilidade (ética da

imprensa), permitindo a transmissão dos acontecimentos do presente, a eventual recuperação e a relação do presente com o passado e, no campo da opinião, a possibilidade de projeção sobre o futuro.

Reduzindo a um esquema didático, temos de um lado, o militante preocupado em civilizar as elites portuguesas e *brazilienses*, o que implicava dar-lhes informações sobre tudo o que ocorria na Europa e, ao mesmo tempo, introduzir reflexões críticas a respeito do papel presente e futuro do Brasil, não apenas no contexto do Reino de Portugal quanto no da América colonial; de outro lado, o intelectual que se sentia responsável por, ao mesmo tempo, fiscalizar os atos da administração portuguesa em geral, defendendo-lhe a ética e a consequência política, ainda que combatendo os esforços emancipacionistas, nos quais via prejuízo de Portugal e do Brasil, posição esta mantida até o momento em que as Cortes Portuguesas insistiram em devolver o Brasil à sua condição simplesmente “colonial”, contra a qual se insurgiu o autor, passando a admitir, então, o movimento independentista.

Não se pode esquecer que a Revolução do Porto, de 1820, obrigaria o retorno de d. João VI a Portugal. Tensões entre o liberalismo e o conservadorismo teriam desdobramentos inclusive sangrentos, quase uma década depois levando d. Pedro I a deixar o país e dirigir-se a Portugal, legando a este último uma constituição considerada liberal, do mesmo teor que aquela que decretara para o Brasil, em 1824, após dissolver a Constituinte. Nesse interregno, surgiria uma produtiva imprensa liberal, e a disputa entre os diferentes princípios políticos daria lugar a alguns jornalistas panfletários extremamente produtivos.

Percebendo essa mudança, podemos interpretar que a imprensa em língua portuguesa, que surge no Rio de Janeiro no início do século XIX, buscava interpretar e oferecer soluções a um período agitado que antecedeu à independência. Com a independência, todavia, a discussão que se fazia nesses jornais seria deixada em segundo plano. No período que antecede a Independência, a imprensa teve um importante papel na definição dos marcos que seriam adotados como nacionais. Os temas abordados pelos jornais estavam ligados às questões nacionais e podem ser observados como formadores de “projetos de nação”, criando uma configuração adequada àquela nação que surgia: a brasileira. A essa temática nacionalista, seguiram o aparecimento de questões ligadas a grupos menores e a definição de padrões para a cidadania na nação já independente. Isso tem referências diretas ao que se seguiu depois de 1822. Sendo reconhecido o Brasil como nação independente de Portugal, era importante a definição do que teria de ser reconhecido como cidadão daquela nação. As disputas que se seguirão no jornalismo carregavam projetos políticos que chamaram a atenção

da Corte Regencial naquele momento e buscaram a representação política de grupos políticos no interior da cena pública brasileira.

## **II - Opinião pública e grupos políticos no interior das publicações periódicas**

Compreendendo essa mudança na forma da política se apresentar através da imprensa, interessa-nos, neste ponto, compreender como a opinião pública tem papel importante no espaço público durante as primeiras décadas do século XIX no império do Brasil. Nesse sentido, os debates que aconteciam por meio da imprensa periódica estão conectados com materializações das propostas políticas dos redatores dos periódicos. Destarte, essas posições políticas podem ser percebidas como forma de luta em favor de posições específicas. Ora podia-se defender determinado grupo, ora afastavam-se os projetos de outro.

“Opinião pública”, expressão carregada de significados, merece um detalhamento mais sistemático para uma melhor compreensão. Segundo Marco Morel (2003, p. 200), a compreensão da trajetória histórico-geográfica da noção da opinião pública de uma sociedade pode apresentar uma complexidade aos argumentos utilizados em propostas políticas que, ao se apoiarem na legitimidade dessa opinião, buscaram transformar opiniões setoriais ou individuais em opinião geral. Para Morel, entender a opinião pública como proposta de legitimação no interior de uma sociedade é compreendê-la como uma expressão que inaugura uma nova forma de legitimidade nas sociedades ocidentais a partir do século XVIII.

Podemos apresentar, entre os pontos de partida que versam sobre essa temática, os estudos de Habermas e Koselleck<sup>8</sup>. Nesses estudos, percebemos que a opinião pública surge em um momento em que se inicia também uma consciência política no seio da esfera pública. Dessa forma, nota-se que diante do poder absolutista surge um público letrado que, fazendo uso público da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica de poder e de consolidação de uma nova legitimidade política. Ou seja, a opinião com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado (MOREL, 2003, p. 201).

---

<sup>8</sup> HABERMAS, Jürgen. *Transformações dos Espaços Públicos*, 1978 e KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e Crise*, 1979. Para uma visão centrada na América Latina, ver também o estudo de XAVIER-GUERRA, François. *Modernidad e Independências*, 1992. Não constitui nosso objetivo discorrer de uma maneira mais sólida sobre o tema da opinião pública em cada um desses autores. Apenas os apresentamos como balizas para a compreensão desta noção.



*Gráfico 1 – Jornais (por título) publicados no Rio de Janeiro, 1808-1840.*

Fonte: MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos*. 2003, p. 204.

Entendido como um “tribunal”, uma forma de julgamento moral, acima dos poderes absolutistas do rei, observou-se o surgimento, no espaço público, de um poder, a opinião pública, que julgava através de um consenso<sup>9</sup>, criada através da busca do que era entendido como bem comum. Tomando como ponto de compreensão a circulação de impressos no império do Brasil, podemos usar, como chave de interpretação para a noção de opinião pública, os traços que garantem a constituição de mecanismos de persuasão para trazer legitimidade aos jogadores envolvidos no jogo político. Aqui, cada lance<sup>10</sup> seria pensado e cumprido em associação com projetos políticos e sociais.

O estudo de Marco Morel sobre o tema abarca-o desde o período de movimentação política no pré-independência até o final do Período Regencial (1820-1840). O que define o

<sup>9</sup> Essa é a proposta tomada por CHARTIER, Roger. *Opinion Publique et propagande* (1989, pp. 2345-6). Tendo como preocupação principal as lutas simbólicas, Chartier propõe duas linhas para interpretação dessa noção. A primeira apresenta a opinião pública como uma expressão intelectual e crítica, oriunda de um pensamento elaborado, desenvolvido no interior de sociedades compostas por ilustrados. A segunda, ao pensar o período revolucionário francês, irá apresentar uma forma de opinião pública coletiva e integradora, resultado de práticas de sociabilidade política, menos que de relações abstratas. Em um caso, temos associada à ideia de consenso, no outro, temos a associação com a noção de vontade geral. De acordo com Morel, trata-se de uma contraposição entre uma opinião pública ilustrada e outra coletivista. Ainda podemos perceber uma interpenetração destas duas concepções (MOREL, 2003, p. 203).

<sup>10</sup> A compreensão de *lance* como parte de um discurso político específico está apoiada na proposta de POCOCK, John. *Linguagens do Ideário Político* (2003, p. 46). Para ele, ao analisar um texto político, como os periódicos que trabalharemos nesta monografia, devemos compreender a efetivação da linguagem. Ou seja, suas falas devem ser compreendidas através de lances empregados dentro de um jogo de linguagem, em que o interlocutor, ao lançar argumento sobre determinada situação, está inserido em um contexto linguístico. Desse contexto saem suas propostas. Através de um horizonte disponível, ele busca inserir seu ponto diretamente – para Pocock, isso se daria através da interação entre *langue e parole*.

recorte de seu trabalho é o início da produção de periódicos a partir do decreto de dois de março de 1821, que declarava a liberdade dos impressos no Brasil. Para o historiador:

É neste momento crucial que começa a se fazer de maneira mais consistente, no Brasil, a passagem de um espaço público marcado pelas formas de comunicação típicas do Antigo Regime [...] para um espaço público onde se consolidavam debates através da imprensa [...] e onde ganhavam importância as leituras privadas e individuais, permitindo a formação de uma opinião de caráter mais abstrato, fundada sobre o julgamento crítico de cada cidadão-leitor e representando uma espécie de somatório das opiniões (MOREL, 2003, p. 205-206).

Nosso trabalho tem como foco os debates ocorridos durante os primeiros anos do Período Regencial, período esse dotado de grande efervescência das publicações periódicas. O *Gráfico 1* mostra-nos como, entre os anos de 1831 e 1833, vimos surgir um grande número de periódicos na capital do império. O contexto de crise pelo qual passava o Império do Brasil foi acompanhado de agitações civis e militares, que se espalharam por toda a sede do império. A ausência da figura do Imperador, sua abdicação no episódio conhecido como *Revolução de 7 de abril* e a convocação da Regência Provisória, aliadas a questões de ordem sobre a consolidação da Nação e do Estado brasileiro, criaram um ambiente de verdadeira explosão da palavra pública. Nesse período, um jornal traria uma definição para o termo opinião pública, *Nova Luz Brasileira*:

o que é – opinião publica – é o modo de pensar expresso, e uniforme de mais da metade de um Povo sobre qualquer objeto: daqui vem a influência, poder, e direção que dá a todos os negócios sua vitória é sempre certa: desgraçado daquele que lhe faz oposição (NLB, nº 21, 1830).

Percebemos, na definição do periódico, que a vontade legítima seria a da maioria, sendo ainda malgrado quem se opusesse a esta maioria. Nesse sentido, o que percebemos é que não estamos tratando com a possibilidade da supremacia da Razão iluminada e discutida no seio da República das Letras. O que se observa, a partir desta definição do *Nova Luz Brasileira* é que a vontade expressa pela maioria do povo deveria ser tomada enquanto a opinião pública. Sua utilização, todavia, deveria ser tomada como instrumento para

intervenção direta na vida pública, funcionando assim de maneira normativa ou mesmo pedagógica junto às autoridades.

Desde a Revolução de 7 de Abril a arena política estava agitada. As proposições políticas foram ordenadas, segundo relatos da época, em três pontos distintos: *liberais exaltados*, *liberais moderados* e *restauradores*. Os liberais moderados controlavam o novo governo e tinham maioria na Câmara dos Deputados; à esquerda, havia os liberais exaltados, que promoveram, ao lado dos primeiros, o movimento da Abdicação, mas foram logo alijados e perseguidos, gozando de fraca representação parlamentar; e, à direita, os restauradores, simpatizantes do ex-imperador, que tinham forte apoio no Senado (BASILE, 2007, p. 32) <sup>11</sup>.

O periódico *O Exaltado*, de 4 de agosto de 1831, apresentava os “partidos” dividindo-os em quatro instâncias. Soma-se que, na definição do redator, o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte<sup>12</sup>, não foram apresentados os restauradores. Certamente essa omissão foi estratégica. O interessante do exemplo da divisão de *O Exaltado* foi ele apresentar pelo menos duas correntes de exaltados: uma, adepta do governo monárquico representativo e unitário, enquanto a outra seria adepta do republicanismo, cujos defensores, todavia, seriam criticados “pelo seu amor excessivo à pátria”. Existiria uma facção que seria composta de membros de todas as outras: esta teria tendências Federalistas, perspectiva segundo a qual a corte seria um centro, que ligaria as províncias. Um simples exemplo, como o do padre Marcelino Duarte, consegue lançar luzes sobre a necessidade de compreensão do Período Regencial como sendo dotado de uma complexidade muito grande no que tange a posições políticas. Reduzir as ações dos atores políticos à clássica definição pode ser didático, todavia nos tira parte integrante da própria constituição destes “partidos”.

---

<sup>11</sup> Os moderados seguiam os postulados clássicos do liberalismo, tendo em Locke, Montesquieu, Guizot e Constant suas principais referências; pretendiam, e conseguiram, efetuar reformas político-institucionais que reduziam os poderes do imperador, conferiam maiores prerrogativas à Câmara dos Deputados e autonomia ao Judiciário, e garantiam a observância de direitos previstos na Constituição, almejando uma liberdade moderna, que não ameaçasse a ordem imperial. Já os exaltados, adeptos de um liberalismo radical de feições jacobinistas, inspirado sobretudo em Rousseau, buscavam conjugar princípios liberais clássicos com ideais democráticos, pleiteando profundas reformas políticas e sociais, como uma república federativa, a extensão da cidadania política e civil a todos os segmentos sociais livres, o fim gradual da escravidão, uma relativa igualdade social e até um tipo de reforma agrária. Por sua vez, os restauradores filiavam-se à vertente conservadora do liberalismo, tributária de Burke; críticos ferozes da Abdicação e avessos a quaisquer reformas na Constituição, vistas como quebra arbitrária do pacto social, almejavam uma monarquia constitucional fortemente centralizada, ao estilo do Primeiro Reinado e, excepcionalmente, nutriam anseios restauradores.

<sup>12</sup> Padre Marcelino nasceu no município da Serra (ES), a 18 de junho de 1788. Faleceu em Niterói (RJ) a 27 de junho de 1860. Filho natural do Padre Manuel Pinto Ribeiro, professor de filosofia em Vitória (exercido de 1775 a 1827), foi poeta, orador sacro, teatrólogo, político e professor. Ordenou-se sacerdote por imposição do pai, e, segundo seus biógrafos, teve vida mundana, não propriamente clerical, embora tivesse exercido a função de vigário em São Gonçalo (RJ), durante algum tempo. Tal como o pai, dedicou-se ao magistério em Vitória, lecionando filosofia e línguas, carreira que seguiu paralela à de escritor, deixando numerosa produção. Foi redator do periódico *O Exaltado*, entre os anos de 1831 a 1835. *O Exaltado* teve 56 edições, saídas “sem dia prefixo” e tinha o valor de 80 réis (COUTINHO; SOUSA, 2001).

Nossa busca é, então, pela compreensão de uma maneira mais matizada desses traços políticos. Ivana Stolze Lima, partindo da apreciação feita por Gilberto Freyre<sup>13</sup>, aponta que o período das regências foi o período em que percebemos frequentes conflitos sociais entre vários grupos da população. Trata-se de um período agitado em todas as frentes, em várias partes do território brasileiro. Para Lima, além de políticos, aqueles conflitos foram sociais e culturais, com motivos complexos entre os vários grupos da população. Eles ultrapassam a tradicional classificação entre os três “partidos” da Regência. Portanto, seria genérico demais falar dessas disputas políticas de inspiração liberal, principalmente a luta que grupos urbanos travaram pelo reconhecimento como *cidadãos*. Ainda para Lima, é importante reforçar dois pontos específicos dessa temática de reconhecimento: 1) a identidade do “brasileiro<sup>14</sup>”, composta por uma posição política de defesa da Independência e o que dela se desdobrasse em um momento em que ela ainda estava se consolidando; e 2) O reconhecimento de uma identidade “racial”, ainda que incipiente referida às cores dos cidadãos. O tema, tão presente, das cores dos cidadãos deve ser compreendido não só como atributo físico; o sentido político do “cidadão de cor”, do “brasileiro pardo” é muito mais rico e complexo do que a cor da pele (LIMA, 2003, p. 20).

Para o nosso trabalho, interessa mais o que compreendemos por esse segundo ponto, o da identidade “racial”. Antes de buscar compreendê-la e fixá-la dentro de um quadro de lutas sociais e semântico contemporâneos, devemos nos preocupar em perceber esse ponto como dotado de uma historicidade e de uma complexidade que deve ser compreendida dentro do cenário do período estudado. Isto é, não iremos tomar essa busca por uma identidade racial como formas de lutas política que, apesar de variarem ao longo do tempo, guardariam certa essência que poderíamos buscar na luta pelo reconhecimento da população negra do Brasil contemporâneo.

---

<sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*, 2003 [1936 (1ª ed.)], apontaria que o momento da Regência seria o momento da tentativa de opressão das culturas não europeias pela europeia, dos valores rurais pelos urbanos, das expansões religiosas e lúdicas da população servil mais repugnante aos padrões europeus da vida e de comportamento da população senhorial, dona das câmaras municipais e orientadora dos juizes de paz e dos chefes de polícia.

<sup>14</sup> Os traços de uma identidade “brasileira” podem ser evidenciados anteriormente a esse período. Luiz Carlos Villalta, por exemplo, nos apresenta em “Pernambuco, 1817, ‘encruzilhada de desencontros’ do Império luso-brasileiro” (2003), que o contexto de elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal e Algarves teria contribuído para o surgimento de uma “lusofobia”, sendo os portugueses habitantes do Brasil acusados de serem donos dos melhores empregos civis e militares. Ainda que se tratasse de uma reclamação por mais espaço para os brasileiros dentro da ordem do Reino Unido, esse tipo de atitude pode ser compreendido como uma divisão, ainda que incipiente, entre brasileiros e europeus. Do mesmo modo, podemos perceber que houve tensões entre os despossuídos e os indivíduos de classes proprietárias, contribuindo para tensões entre homens brancos e “homens de cor”.

Buscaremos discutir essas questões que surgem no âmbito de um complexo léxico de designações raciais, percebendo uma historicidade que lhes é própria e que se apresenta no nosso objeto: o debate acerca da cidadania em periódicos do Período Regencial. Resta-nos, neste capítulo, entender a relação existente entre as manifestações ocorridas durante esse período e a tomada de corpo de um debate acerca de uma identidade racial<sup>15</sup>.

### III - Movimentos sociais no Período Regencial

Não podemos fazer uma imersão no contexto das regências buscando complexificá-lo apenas a partir das rebeliões que aconteceram. Todavia, é de grande valia o seu conhecimento, uma vez que essas rebeliões de algum modo implicaram a busca de reconhecimento, no interior da nova nação, por parte da população. Essa seção do capítulo busca reconhecer, então, a importância dessas rebeliões. Focando em dois episódios específicos, mostraremos como as ações políticas desenvolvidas a partir dos grupos políticos *exaltados* são menosprezadas como meros motins desenvolvidos por classes subalternas. Dessa forma, eles são alinhados no interior do discurso amalgamando esse rebaixamento político *exaltado* com questões racializadas.

Gladys Ribeiro (1997, p. 312), ao tratar dos conflitos raciais no pós-abdicação percebeu uma narrativa na qual existia um conflito extremado, de um lado, por “homens de cor” e, de outro, por “brancos”. Valendo-se de fontes policiais sobre os episódios que dão suporte a uma pesquisa que trata da movimentação política das ruas na primeira metade do século XIX, a historiadora consegue perceber alguns eventos que são importantes para nos ajudar no nosso objetivo. Entre tais eventos, um que merece a menção é o narrado por Carl Seidler. Escrevendo sobre o momento da abdicação, o soldado alemão afirmou que os “mulatos e os negros andavam em bandos” pelas ruas da capital do Império. Em sua tese, Ribeiro analisa uma passagem que teria causado extremo horror em Seidler. O interessante dessa passagem é percebermos os traços da linguagem racializada usada pelo soldado alemão. Pela narrativa de Seidler, podemos verificar uma permanência das palavras “homem de cor” e também uma visualização de formas de tratamento distintas entre esses “homens de cor” e os “portugueses”. O fato narrado pelo soldado alemão é o seguinte:

---

<sup>15</sup> Discutiremos de uma maneira mais pormenorizada essas questões na primeira seção do capítulo II desta monografia.

Um moço português, esperançoso filho único de seus pais, um dia se atrasara um pouco num divertimento e regressava à casa pelas onze da noite. Ao chegar à rua de São José, um tanto estreita e escura, cruza-lhe o caminho um mulato corpulento, com a intimação: “*quem viva?*” O moço, um pouco esquentado e atordoado pelo vinho do Porto, que no escuro não pode logo reconhecer o interlocutor e supôs que fosse uma patrulha, respondeu “Amigo!”. O mulato chega-se mais a ele, levanta o cacete e repete a pergunta, o português reconhece o seu engano e compreende o sentido da intimação. Mas como não se julga obrigado a manifestar a sua opinião política a um vagabundo, também ele corajosamente levanta sua bengala e reclama do mulato em palavras enérgicas que lhe deixe o caminho livre. Mas o brasileiro “*sans culotte*” desanca o pau e num momento os dois se engalfinham. A destreza do moço contrabalança a força do mulato e a luta parece indecisa; nisso saltam dois outros da tocaia e atravessando de cinco fachadas traiçoeiras o moço infeliz tomba sem vida, banhado de sangue. Em seguida os patrióticos assassinos ainda tomam o dinheiro, o chapéu e o relógio ao morto e muito calmamente se vão, dizendo “*Um filho do reino de menos!*” (SEIDLER, 1980, p. 298, itálicos no original).

É interessante perceber que a população negra era desvalorizada nos relatos de Seidler. Embora o fato narrado seja um episódio de extrema violência, o modo como foram descritas as personagens envolvidas deve ser lido com mais calma. Nesse sentido, palavras como “mulato”, ao se referir ao agressor, define necessariamente uma posição no interior da sociedade para aquela pessoa. Em contrapartida, a narração apontada para o “português” buscava amenizar a situação ocorrida. O português “atrasou um pouco” no divertimento e estava “um pouco esquentado e atordoado pelo vinho do Porto”. Já o mulato era “corpulento” e “levantou o cacete” contra o português. Interessa, ainda, buscar uma interpretação sobre o fato que se segue às descrições. O português, percebendo o motivo da parada, reconhece que não deve explicações de cunho político a apresentar ao “mulato vagabundo”. Pedu o português que o mulato deixe o caminho livre para sua passagem. Os dois começam a lutar e seguem lutando até a morte, narrada como covarde, do português.

Ainda de acordo com os relatos de Seidler, era comum que os “negros” e os “mulatos” andassem em bandos pelas ruas. Esses grupos tinham o costume de indagar aos passantes pelo “quem viva?”, esperando pela como resposta um “Viva a República!” ou “Viva o

Federalismo”. Desse evento, Ribeiro tira algumas conclusões que são importantes para nosso argumento. Para a historiadora, julgados “vagabundos”, os “homens de cor” eram tidos como indivíduos que estavam sempre à espreita para deferir golpes e roubar os “bons” que transitavam pelas ruas. Diminuindo a qualidade dos “homens de cor”, a partir de uma linguagem racial, buscava-se reduzir também o modo pelo qual essa parcela da população fazia política. Podemos perceber essa desqualificação do fazer político como elemento do discurso de parte da população que tentava diminuir a “qualidade” das manifestações lideradas por esses grupos. Tal feito não só buscava deslegitimar esses movimentos, diminuindo a capacidade do povo de agir em próprio benefício, criando vontades políticas específicas, como também gerou uma necessidade de eliminar os *exaltados*. Essa necessidade partia de setores restauradores e de partes mais conservadoras dos *moderados*. Estes, ao descreverem as revoltas como violentas e acusando a população “de cor” de se aglutinar em favor de motins, reforçavam a característica temerária e ilegítima de suas reivindicações (RIBEIRO, 1997, p. 315).

A criação da Guarda Nacional em 1831 evidencia a necessidade de controle dessas manifestações. A assinatura do decreto que põe em funcionamento a *milícia cidadã*, codinome da Guarda, dá-se justamente depois de um fato ocorrido em um local de grande movimentação política, que é o Teatro São Pedro de Alcântara, na antiga Praça da Constituição<sup>16</sup>. Marcelo Basile afirma que à revolta de 1831, ocorrida no teatro, seguiram-se medidas de repressão do governo, que foram bem-sucedidas. Essas medidas tinham como principal intenção a criação de regras preventivas que funcionariam como mecanismos para desencorajar outras sedições<sup>17</sup>. Segundo Basile, a proposta precedia aquela revolta, mas foi logo aprovada, em decorrência direta desse movimento e da instabilidade política e social que grassava em todo o Império (BASILE, 2007, p. 33).

Assim como o episódio da morte do jovem português, descrito acima, os fatos ocorridos no Teatro São Pedro de Alcântara têm grande ligação com o grupo político de postura *liberal exaltada*. O Teatro era já conhecido palco de encontro de grupos *exaltados*, não dificilmente ocorrendo ali agitações políticas e, quase por consequência dessas agitações, já haviam ocorridos ali pequenos tumultos. Na noite de 28 de setembro de 1831, ocorreu um conflito que alcançou proporções maiores. Baseado no relatório do juiz de paz Saturnino de Souza e Oliveira, Marcelo Basile apresenta o conflito como sendo iniciado a partir de uma

---

<sup>16</sup> Os endereços atualizados apontam para o Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes.

<sup>17</sup> Outras medidas foram tomadas com a intenção de controlar o surgimento de outras sedições, entre elas podemos citar o controle dos jornais considerados *exaltados* e a distribuição de armas a cidadãos eleitores para realizarem rondas diárias, para este tema consultar a página 34-35 do texto de BASILE (2007).

confusão no interior do teatro, que teria se tornado uma grande confusão na capital do Império. O juiz de paz Saturnino de Souza e Oliveira teria sido abordado em seu camarote para conter uma briga fora do teatro. Os protagonistas do desentendimento foram Antonio Caetano, tenente, e F. Paiva, oficial do Estado-maior do Exército. Paiva acusava Caetano de tê-lo atacado com mais seis pessoas e arrancado sua espada. Já Caetano dizia que Paiva o teria atacado com a espada sem maiores motivos. O juiz de paz deu voz de prisão a ambos. Antonio Caetano recusou-se a ser conduzido pela patrulha, alegando ser oficial. Ele apenas teria acompanhado o comandante da guarda até a Guarda Principal.

Ainda de acordo com o relatório do juiz de paz, tal cena foi suficiente para que “um grupo de Povo” começasse a gritar que Antonio Caetano, brasileiro nato, não iria preso. Em meio à confusão, o oficial Paiva, brasileiro *adotado*, desapareceu (soube-se que ele se recolheu à sede da Guarda Principal com medo do motim que se formara). Isso atiçou ainda mais os ânimos. Os “amotinadores” gritavam que o juiz de paz havia “soltado o Chumbo<sup>18</sup> e queria prender ao Brasileiro”. O brasileiro *de fato*, Antonio Caetano, foi conduzido por um alferes para o interior da plateia do teatro. Do interior do teatro, Caetano gritava que “estava sendo preso por causa de um Chumbo que o atacou, mas que ele estaria solto, e que estávamos [os brasileiros natos] traídos”. É quase desnecessário enfatizar que tal fato teria aumentado mais ainda os ânimos da população. O juiz de paz, naquele momento sentindo perder o rumo da situação, deu nova voz de prisão a Caetano, sendo esta o estopim para agressão mais violenta aos Guardas. Caetano se opôs novamente à voz de prisão, mas nesse momento foi apoiado pelo tenente Leopoldo Frederico Thompson e pelo major Miguel de Frias<sup>19</sup>. Em seguida, Saturnino relata que foi alertado pelo major e pelo tenente que não haveria prisão uma vez que a “populaça (*sic*) não queria, e esta podia mais do que eu (Saturnino, o redator)”.

Seguindo no relato o juiz de paz informava que àquela altura já se encontravam reunidas duzentos guardas municipais. Este contingente não intimidou os manifestantes que começaram a assobiar e “provocar as Guardas com os maiores insultos, e palavras obscenas”. O juiz mandou então, fechar o teatro e ordenou que se prendessem os primeiros que saíssem do saguão, em atitude provocativa. Não demorou muito para aparecerem os primeiros “à testa

<sup>18</sup> Chumbo é uma denominação característica do grupo político que reforçava o poder imperial. Note-se que, na descrição, “chumbo” é utilizado em oposição a “brasileiro”. Ver sobre essa nomenclatura o artigo de RIBEIRO, Gladys. “Pés-de-chumbo” e “garrafeiros”: conflitos e tensões no Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1820-1831), publicado no volume 12, número 23 da Revista Brasileira de História em 1991.

<sup>19</sup> Segundo BASILE, Marcelo (2007. P, 39), conforme carta de Saturnino Oliveira publicada no *Aurora Fluminense*, nº 541, de 10/10/11831, Miguel Frias estaria vestido à moda *exaltada*, de sobrecasaca e chapéu de palha. Mais que apenas curiosa, a informação garante a existência de um *ethos* típico dos *exaltados*, podendo ser percebido até mesma através da moda.

dos quais estava um pardo escuro com um cacete na mão”. No confronto com os guardas, aqueles tiveram suas armas arrancadas. Na confusão, um tiro foi disparado para fora por um dos manifestantes, o que precipitou a reação dos guardas municipais postados em volta do teatro. Esses “começaram também a fazer fogo desconsertadamente, disparando para mais de 30 tiros”. Quando cessou o fogo, havia três indivíduos mortos e dois feridos, além de “alguns mui poucos dos Guardas Municipais”. Após o tiroteio a multidão se dispersou, todavia mais Guardas chegaram à praça. Totalizando 1400 guardas na praça e, em toda a cidade, mais de 3 mil.

Basile informa que, nos jornais moderados *Aurora Fluminense* e *O Independente*, é relatado que um grupo de revoltosos dirigiu-se ao quartel do 5º Batalhão, procurando sublevá-lo<sup>20</sup>. Ainda durante essa tomada do quartel, enquanto o comandante ainda procurava acalmar os revoltosos, quatro milicianos tentaram escapar, sendo impedidos por *exaltados* de fugirem. Mais uma vez, foram disparados tiros. Ao amanhecer, “Grupos de negros, e pardos da ínfima classe, rotos, e meio descalços se espalharam por várias ruas da cidade, armados de porretes e facas”, assassinando três cidadãos e espancando ou ferindo vários taberneiros. Contudo, logo chegou a Guarda Municipal e dispersou os “anarquistas”, prendendo alguns. Malogrou também a tentativa de realizar um ajuntamento na Praça da Constituição, “a titulo de lastimarem o sangue Brasileiro vertido”<sup>21</sup>. Novamente, vemos a manifestação narrada como sendo assunto de *exaltado* e ligado aos “homens de cor”.

Embora os conflitos se estendessem ainda durante algum tempo<sup>22</sup>, podemos, com o episódio ocorrido no Teatro São Pedro de Alcântara, perceber que o movimento, como visto pelos defensores do governo e da ordem, seria formado por um grupo de degenerados: “anarquistas”, “agitadores”, “amotinadores”, “malfeitores”, a “ralé mais civil da nossa população”, “Grupos de negros, e pardos da ínfima classe, rotos, e meios descalços”, “pretos descalços”, “ímpios bebedores de sangue”, a “súcia luz jurujuba”, “soldados da Nova Luz”, “manipulada pelos *anarquistas demagogos da facção exaltada*”. A participação popular foi grande nesse e em outros movimentos<sup>23</sup>. De acordo com essa visão, é mais do que claro que “colocar a culpa” em um grupo inferior inseria-se dentro da lógica de desqualificação daquele discurso político. Nesse sentido, voltamos a perceber um quadro onde se cria uma estratégia,

<sup>20</sup> *O Independente*, nº 44, de 30/9/1831; e *Aurora Fluminense*, nº 538, de 03/10/1831.

<sup>21</sup> *Aurora Fluminense*, nº 538 de 03/10/1831.

<sup>22</sup> Para uma compreensão mais aprofundada desse caso, pode ser consultada a tese de BASILE, Marcelo. *Império em construção: projetos de Brasil e ação política na Corte regencial*, principalmente os capítulos IX e X. Para uma versão resumida do capítulo IX da tese, que trata desse fato específico, ver BASILE, 2007.

<sup>23</sup> A tese de Gladys Ribeiro apresenta como essa parte da população estava agitada nas ruas no início da década de 1830. É importante salientar que a referida tese é altamente embasada em fontes policiais, o que define uma visão específica sobre esses movimentos.

utilizada principalmente pelos *moderados* e pelos apoiadores do governo estabelecido, para desqualificar qualquer ação política de protesto dos grupos *exaltados*.

Neste capítulo, buscamos apresentar como o jogo político do período da regência no Brasil passava pela imprensa, que vivia um momento de auge. Para tanto, buscamos primeiramente relacionar os primeiros periódicos que circulavam (alguns, ainda de maneira ilegal) pela ainda colônia brasileira no início do século XIX. Focamos, principalmente, no primeiro periódico que circulou de maneira legal no Brasil, *Gazeta do Rio de Janeiro*, publicado depois da chegada da família real em 1808. O principal concorrente da versão oficial contida na *Gazeta* seria o *Correio Brasiliense*, publicado em Londres por Hipólito da Costa. Junto com o jornal de Hipólito, podemos perceber, através de pesquisas, que alguns outros títulos circularam também pelo território brasileiro de maneira ilegal. Títulos como *O Investigador Português em Londres* e o *Português* também podiam ser vistos na colônia. Tais periódicos travaram um grande debate no período, sobretudo no tangente a questões ligadas à Independência do Brasil e durante os primeiros anos da década de 1820, sobre a revolução do Porto e as cortes lisboetas.

Uma vez o país independente e a censura sobre os periódicos terminada, podemos ver uma mudança no tom dos discursos da imprensa no Brasil. A partir dos debates apontados pelos redatores dos periódicos, nota-se uma crescente influência na opinião pública, tomada como tribunal da razão. O Período Regencial representou momento de explosão da palavra pública, em suas múltiplas (e nem sempre tranquilizadoras) possibilidades, momento de pluralidade que, se não foi puramente “desordeiro”, também não significou somente expressão de posições monolíticas e definidas. Esse período foi, portanto, tempo de esperanças, inseguranças e exaltações, tempo de rebeldia e de repressão (MOREL, 2003, p. 10). Esses temas foram ainda apresentados seguindo facetas políticas, facetas étnicas e facetas socioculturais distintas, o que contribuiu muito para a diversificação do debate e ampliação dos argumentos que eram manipulados no interior do jogo político.

As maiores disputas no interior desse jogo político estavam diretamente relacionadas aos rumos da sociedade e afetavam suas transformações. Entre a grande maioria de historiadores que trabalham com a temática do oitocentos, é consenso que a ideia de revolução, em meados do XIX, por um lado, não era apenas de jogo de palavras com intuito de iludir ou reprimir, nem de uma espécie de premonição do marxismo, e, por outro, já não se sustentava o mais tradicional registro astronômico empregado para a palavra, de retorno a um

ponto antigo<sup>24</sup>. A revolução aparecia como se tivesse vida e movimentos próprios. É importante reforçar, ainda, que a proposta da compreensão de revolução estava diretamente afiançada pelos ideais políticos circunscritos a determinados grupos. Assim, a revolução de um *moderado* é completamente distinta da revolução de um *exaltado*.

Nenhum momento da história do Brasil concentrou tanta violência num tempo tão curto e em extensões de terra tão largas quanto essa fase da monarquia. Violência social e política. Grupos étnicos variados, ligados pela comunidade da língua e da religião, marcados pelas condições de regiões diversas. Os tumultos ocorridos na capital do império nesse início da década de 1830 podem ser observados como conflitos “nacionais”, que passaram por questões racializadas e nacionais, como conclui a professora Gladys Ribeiro em sua tese. Tais movimentos podem ser pensados ainda, em um contexto mais alargado, como sendo parte de um projeto de construção da liberdade no jovem Estado brasileiro, o que envolveu a discussão de temas caros à cidadania e à inserção de classes mais baixas da sociedade no gabarito de cidadãos do Brasil. Exemplo desse esforço é o que será apresentado a partir da constituição da imprensa cidadã, que buscou principalmente discutir temas caros à população negra livre no Período Regencial.

---

<sup>24</sup> Para as referências à categoria de revolução como ela é empregada nos trabalhos que versam sobre o oitocentos no Brasil, é importante e aglutinadora a proposta contida em KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*, principalmente o capítulo 2. O texto de FALCÓN, Francisco. *História e Cidadania*, publicado no volume 21 da revista *Acervo*, também nos esclarece alguns pontos, pensando sobre o Brasil. Sobre Cidadania, trataremos mais detalhadamente no capítulo II desta monografia.

## CAPÍTULO II – IMPRENSA CIDADÃ E ANTIRRACISMO

Os debates ocorridos durante o período das regências foram profícuos no que tange à publicização de ideias e identidades de grupos específicos. Vemos surgir, na imprensa, uma série de periódicos destinados a públicos distintos da esfera pública agitada de então. Lançar um periódico era consolidar uma forma de atuação política no interior da sociedade. A palavra impressa foi uma forma de atuação política importante para vários segmentos da população do Brasil, principalmente nas grandes cidades. No nosso recorte temporal, a imprensa periódica é bem diferente do momento inicial de sua produção. A liberdade de imprensa expôs, no palco do *teatro da política*, parcelas da população que viviam nas ruas da cidade e que, todavia, não alcançavam visibilidade política. A imprensa que emerge em números grandiosos no início da década de 1830 permite alcançar vozes dissonantes na cena pública. Nesse conjunto de jornais da década de 1830 podemos observar uma crescente de títulos que apresentam matizes sociais e políticas típicas do período e da criação de sentimentos políticos compartilhados entre grupos específicos.

É importante verificar como as tipografias e livrarias assumem o papel importantíssimo de lugar de encontros e de compartilhamento de posições políticas. Na capital do Império, elas apropriam esse papel central de debate político, mas vale a apreciação que elas não assumem tendências políticas a princípio. Como não possuidoras de uma posição política específica, elas operam um papel de diversidade no interior da política. Essas tipografias inseriam-se num sistema de produção jornalística já preocupada com formas de produção e consumo pautadas em uma lógica do lucro. Dessa maneira, mais que levantarem bandeiras em prol de determinados partidos políticos, era importante a produção para subsistência, contando com um público leitor, que não se diferia de um público consumidor. Na seção deste capítulo dedicada à Tipografia Fluminense, essa situação será evidenciada. Sem aprofundar o que será desenvolvido nessa seção, podemos adiantar que a subsistência do “negócio” tipografia foi importante para a política por ela praticada.

Neste capítulo, apresentaremos os traços principais de um modelo de imprensa criado no seio de parte da sociedade que despontava como agente político, a população negra livre. Esta vivia de uma maneira marginalizada na capital do Império e sofria com recorrentes ataques por parte da população que buscava a restauração e dos que se organizavam em traços políticos conservadores. Os dados demográficos dessa última parcela da população permitem reconhecê-la como constituída por detentores de posses e também essencialmente por

brancos<sup>25</sup>. Voltando a falar sobre a população negra livre, ela estava enredada em uma teia significativa que, àquele período, discutia a integração da *cidadania* no império brasileiro.

A Constituição de 1824 assimilou de forma bastante ampla a ideia de cidadania dentro das perspectivas nacionais. “Cidadão”, de acordo com a Carta, seriam todos os indivíduos de nacionalidade brasileira. Todavia, ela separava os cidadãos ativos dos demais cidadãos. Conferiu, dessa maneira, prerrogativas a essa parcela da população. Ainda assim, deixou, como parte do todo, o maior número de cidadãos em sentido amplo, isto é, do número de nacionais. O cidadão ativo, o cidadão no gozo dos direitos políticos, deveria participar da massa dos cidadãos em sentido lato. Nem todos os cidadãos eram cidadãos ativos, mas todo cidadão ativo tinha que preencher as exigências da nacionalidade.

Outro ponto importante para reconhecemos os lugares dos “homem de cor” na sociedade imperial está na separação existente entre *povo* e *plebe*. Essa clivagem, como observa Ilmar Mattos, é funcional na distinção da sociedade entre a *boa sociedade* – o conjunto de *homens bons* organizados no limite da ordem, dotados de propriedade, liberdade e educação – e a massa desorganizada – propensa à desordem, pobre, iletrada e dependente (MATTOS, 2004). O *Povo* e a *Plebe* não eram iguais entre si e nem no interior de seu próprio mundo. A semelhança entre os dois se restringia à liberdade, e havendo também diferenças específicas em cada um desses mundos. Para Vieira a marca da liberdade que distinguia a ambos dos escravos acrescentavam-se outras, que cumpriam o papel de reafirmar as diferenças na sociedade imperial, como o atributo racial, o grau de instrução, a propriedade de escravos e, sobretudo, os vínculos pessoais que cada qual conseguia estabelecer (VIEIRA, 2014, p. 138). Esses fatores diferenciavam um mundo do outro e hierarquizavam os indivíduos.

As seções do capítulo estão divididas a fim de argumentarmos no sentido de que essa população buscou, por meio de ações políticas existentes no campo da imprensa periódica, legitimar uma posição de reconhecimento social. Em um primeiro momento, partiremos para uma apreciação de jornais que surgiram no período e que foram classificados pela historiografia como possuidores de um discurso que os torna passíveis de receberem a classificação de “imprensa negra”. Buscaremos debater essa formação, lançando novas interpretações sobre essa imprensa especializada, com o objetivo de compreender como a definição “imprensa negra” pode ser problemática por excluir uma complexidade inerente dessas obras. Será importante apreciarmos, ainda, a figura de Francisco de Paula Brito. Ele é o

---

<sup>25</sup> Para essas definições, ver a tese de RIBEIRO, Gladys (1997), principalmente os capítulos 3 e 4.

proprietário da Tipografia Fluminense, local de onde partiram grande parte dos mais importantes jornais daquele período. Paula Brito alcançou prestígio no interior daquela sociedade extremamente exclusiva, tendo grande importância para a compreensão da história do livro e da leitura no Rio de Janeiro imperial. Em seguida, apresentaremos como se constituiu uma linguagem racializada, que foi mobilizada nos lances políticos da imprensa do período. Por fim, interessa-nos discutir como esses jornais poderiam ser recepcionados pela população no Período Regencial.

## **I – Francisco de Paula Brito e a Tipografia Fluminense**

Francisco de Paula Brito é, sem dúvida, uma personagem importantíssima e que desperta a curiosidade da historiografia. Segundo a biografia de Paula Brito, ele saiu de uma família humilde, sendo filho do carpinteiro Jacinto Antunes Duarte e de Maria Joaquina da Conceição Brito. Os pais de Paula Brito eram libertos. Ele iniciou seus trabalhos ligados à imprensa como aprendiz de tipógrafo na Tipografia Nacional. Posteriormente trabalhou também no *Jornal do Comércio*. Nesse jornal, ele desempenhava as funções de diretor das prensa, redator, tradutor e contista.

Em 1831, ele comprou de um parente, Sílvio José de Almeida Brito, um pequeno estabelecimento. Ali funcionava uma papelaria, uma oficina de encadernação e um ponto de venda de chás. Paula Brito adquiriu de E. C. Dos Santos um prelo e instalou-o no endereço da loja, no número 31 da Praça da Constituição. Sua ascensão foi rápida, mesmo porque o mercado de imprensa ainda era muito incipiente no Rio de Janeiro no início da década de 1830. Em seis anos, ele ocupava duas lojas na Praça da Constituição. Ele trabalhou como livreiro, impressor e editor por 30 anos desde 1831 a 1861. Com efeito, foi por seu trabalho e pelos laços de solidariedade que teceu durante a vida que Paula Brito converteu-se em uma espécie de catalisador no cenário cultural e literário da capital do Império, alcançando notoriedade ainda em vida.

A imagem mais usual para descrição de Paula Brito parte de um livro de poesias organizado por Moreira de Azevedo postumamente. Essa imagem teria sido litografada através de um quadro inaugurado nas dependências de sua loja um ano após o falecimento do autor. Ela reflete a imagem que é passada por Azevedo, que dizia ser Paula Brito “de cor parda, magro, de estatura regular, não usava de barba, e quando faleceu”, aos 53 anos de

idade, “começavam os cabelos a esbranquecer-lhe (*sic*)”. A imagem, mais que nos apresentar a figura de Paula Brito, consegue nos mostrar alguns traços importantes para compreendermos uma posição através de sua vestimenta (*Ver Figura 1*). Rodrigo Camargo de Godoi afirma que Paula Brito fazia “boa figura ao ser imortalizado ostentando um semblante plácido, elegantemente vestindo uma sóbria casaca preta, camisa branca e gravata”. Nesse sentido, ainda que possivelmente póstumo, o retrato diz muito. Se a cor da pele, não disfarçada pelo artista, torna-se signo manifesto das vivências escravas dos seus antepassados, “os trajes não deixam dúvidas de que se tratava de um cidadão de ascendência africana bem situado na sociedade em que viveu” (GODOI, 2014, p. 3).



*Imagem 1 - Francisco de Paula Brito*

Fonte: BRITO, Francisco de Paula. *Poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1863.

Paula Brito foi responsável pela impressão do jornal *O Mulato ou o Homem de Cor* em 1833, sobre o qual discorreremos pormenorizadamente mais adiante neste capítulo. Tal

feito fez com que a figura de Paula Brito passasse para a historiografia como sendo o primeiro nome da imprensa a publicar jornais denunciando situações específicas vividas pela população negra no Período Regencial. Embora os jornais tenham saído sem nome do editor, é provável que Brito tenha escrito, ou ao menos contribuído para sua publicação. A Tipografia Fluminense deve ser compreendida como um empreendimento típico do período, isto é, reflete um mercado editorial que estava baseado na produção e venda do material impresso (PINA, 2005, p. 7). Desta maneira, não pode ser definida como um ator político pelos títulos dos periódicos que nela se imprimiam.

O início das atividades da Tipografia Fluminense pode ser identificado na publicação do periódico *A mulher do Simplício ou a Fluminense Exaltada*, escrito por Paula Brito. Nos exemplares de 1832 desse periódico, registra-se que a impressão foi realizada na Tipografia Lessa & Pereira até a data de 4 de setembro daquele ano. Já em sequência vemos que os três primeiros números do *Conciliador Fluminense: jornal político, histórico e miscelâneo* foi impresso na Tipografia Fluminense entre 11 e 22 de setembro, ainda em 1832. Certamente entre o número de *A mulher do Simplício* e *O Conciliador Fluminense*, deu-se o tempo da instalação da tipografia, isto é, entre 4 e 11 de setembro.

A Tipografia Fluminense estava instalada em um ambiente de grande movimentação na capital do império do Brasil. Sua sede era na Praça da Constituição, no número 21. A tipografia de Paula Brito funcionava também como uma livraria. Além disso, pelo fato de as livrarias serem espaço para um grande público na capital do império do Brasil, a Tipografia Fluminense era também um espaço de sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro. A tipografia de Paula Brito foi, inclusive, a sede da Sociedade Petalógica<sup>26</sup>. Era, portanto, um espaço de discussão e socialização à moda dos *Clubs* existentes em grandes cidades europeias. Dessa maneira, devemos considerar o espaço da Tipografia como um local importante e concentrador de atores políticos no Rio de Janeiro.

---

<sup>26</sup> No ano de 1840, Paula Brito reuniu ali, pela primeira vez, a Sociedade Petalógica. A ideia era promover uma reunião para o estudo da mentira, da lorota, da peta, daí o nome “Petalógica”. Seus membros entendiam que, através da profunda observação da mentira, poderiam penetrar com mais acuidade a alma humana. Pensavam, também, em prejudicar os mentirosos, fornecendo material para que estes fossem se desmoralizando a cada vez que repetissem, julgando serem verdades, as mentiras ouvidas dos membros da Sociedade. Nota-se que havia um fundo de seriedade encoberto pela proposta jocosa dos encontros. Machado de Assis em uma crônica de 3 de dezembro de 1865 se referiu à Sociedade Petalógica, dizendo que ali se encontrava não só a intelectualidade da época, mas as mais diversas personagens, de distintas classes sociais. Como consequência, sua sociedade promoveu encontros entre a comunidade letrada e a não letrada (ASSIS, 1952, p. 258). A crônica de Machado de Assis está disponível no site: <http://www.cronicas.uerj.br/>.



*Imagem 2 – Vista do Real Teatro São João no Rio de Janeiro*

Fonte: DEBRET, Jean Baptist. *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, 1834.

Embora seja reconhecidamente simpático aos ideais *exaltados*, não podemos confirmar que Paula Brito, de fato, foi o redator de *O Mulato ou Homem de Cor*. Os jornais impressos na tipografia de Paula Brito eram diversos, não seguiam uma tonalidade política pura.

Um dos exemplos dessa multiplicidade é o *Conciliador Fluminense*, também impresso na tipografia de Paula Brito. Esse último periódico defendia “Conciliação! Ordem! União!” (O *Conciliador Fluminense*, n. 3, p. 5, 1832). Dessa forma, buscava uma união possível entre *moderados* e *exaltados*, ainda que excluísse as propostas do partido *restaurador*. O retorno de d. Pedro I era considerado quase uma aberração pelo periódico. Outro caso é o *Saturnino*. Com apenas um volume, ele trazia uma epígrafe atribuída a d. João VI com a frase: “É dever do homem justo, e Patriota, censurar os abusos e defender a razão” (*Saturnino*, n. 2, p. 4, 1833). Embora a ideia de razão esteja presente na epígrafe do periódico, o fato de ela estar associada à imagem de d. João VI carrega um potencial simbólico que pode alterar todo o sentido da oração, sendo mesmo passível de ser reconhecido como uma proposta *restauradora*. Em contrapartida, sete jornais impressos na Fluminense eram declaradamente *exaltados*: *O Carioca*, *Babosa*, *Mestre José* (que apareceu também como *Pai José* e

*Carpinteiro José*), *O Homem de cor* (que no terceiro número passou a chamar-se *O Mulato ou O Homem de cor*), *Meia-Cara*, *Evaristo e Rusguentinho*.

Mesmo sendo passível a hipótese de Paula Brito ser o redator de *O Mulato ou o Homem de Cor*, a única afirmação empiricamente comprovável é o fato de ele ser impresso na Fluminense. É sabido que Paula Brito buscou ingressar em uma vaga no Senado da Câmara em 1831 e é possível a associação da recusa à sua tentativa à perseguição ocorrida com os pardos no campo dos cargos públicos. O pasquim denunciava que “não há um representante das nossas cores, dos Empregos Públicos, e de toda parte nos excluíram” (HC, n. 4, p. 4). Mas, por outro lado, faz-nos recordar também do primo Silvino, pardo nomeado carcereiro pouco tempo depois. Neste caso, o mesmo artigo esclarecia que nem todo pardo era *exaltado*:

[...] desenganai-vos, pois os moderados não fazem caso de vós por serdes mulatos, deixai de uma vez esse partido infame e antibrasileiro que vos julga menos que seus escravos, e vindo alistar-vos nas nossas exaltadas fileiras (HC, n 4, p. 4, 1833).

O apelo feito pelo redator seria ainda reforçado no número 2 de *O Homem de Cor*: “Homens de cor que vergonhosamente servis aos moderados deixai de serdes instrumento de uma facção perjura e antinacional”.

Entre “conciliadores” e *exaltados*, devemos ainda reconhecer o periódico também impresso em apenas um número *Triumvir Restaurador ou a Lima Surda*. Segundo Godoi (2014, p. 63), esse periódico se mostrava ao mesmo tempo *exaltado* e *restaurador*. O periódico pregava a restauração de d. Pedro I<sup>27</sup>, patrocinada pela França e Inglaterra (duas das maiores potências da Europa pós Congresso de Viena). Realizada a restauração, o pasquim previa que o melhor seria “salvamos nosso partido, e obter vantagens ao lado do Imperador, para que possamos comer o fruto dos nossos crimes, e preparar um novo ‘7’ de Abril, se Pedro se não quiser sujeitar aos nossos Invisíveis” (TR, n.1, p. 3-4, 1833). O redator concluía uma espécie de favor político pelo o qual, a partir da recolocação de d. Pedro I no trono, ele seria obrigado a “devolver o favor” ou sofrer um novo “7 de abril”. Mas, dessa vez, ela seria em favor dos seguidores do *Triumvir*.

A primeira questão que se impõe após percorrermos os jornais impressos na Tipografia Fluminense diz respeito à autonomia do impressor na escolha do que seria ou não

---

<sup>27</sup> Pode ser compreendido através da quadrinha que era epígrafe do jornal: “Pelo Brasil dar a vida;/ Manter Constituição/ Sustentar a Independência/ É a nossa obrigação”.

produzido em sua oficina. Resta-nos questionar qual a responsabilidade de Paula Brito e de seu sócio sobre o conteúdo daqueles jornais. Os indícios de que Paula Brito mantinha-se *exaltado* entre 1832 e 1833 são numerosos. Embora boa parte dos periódicos lá impressos no segundo semestre de 1833 fossem exaltados, as portas da livraria e tipografia não estavam fechadas aos moderados e restauradores. Mas, ao imprimir folhas não exaltadas, Paula Brito não estaria diminuindo suas convicções políticas. A questão seria financeira, um modo de garantir os negócios.

Ainda que sua posição política não fosse alterada pela impressão de periódicos *restauradores*, em 5 de dezembro de 1833, Paula Brito por pouco não teve sua tipografia destruída. Se tentarmos compreender a Tipografia de Paula Brito apenas pela maioria dos jornais ali impressos, nós a definiríamos a partir de aspirações políticas *liberais exaltadas*. Todavia, talvez pela boa relação de Paula Brito com o governo imperial, um grupo de pessoas agitadas, “armadas de paus”, chegaram à tipografia aos gritos de “Paula Brito restaurador”. Os revoltosos ameaçavam invadir a tipografia, quebrar o maquinário e estragar o estoque<sup>28</sup>.

No dia seguinte, ainda bastante abalado, Paula Brito redigiu e imprimiu sua Proclamação aos compatriotas, documento de uma página no qual pretendia fazer a “sincera narração” de sua “fé política”. Nele, refutava as acusações de que pertencia à facção restauradora, afirmando-se um “Verdadeiro Exaltado”. Em suas palavras, um “Brasileiro que no meio de vós empunhei as armas no Glorioso 7 de Abril [de alegre memória], e alistado nas fileiras Nacionais protestei defender com a vida a Pátria, a Constituição e a Nacionalidade”. De acordo com a Proclamação, a origem da desordem estaria relacionada a um “pequeno impresso” com o qual Paula Brito, autoproclamando-se em caixa alta um “IMPRESSOR LIVRE”, afirmava não ter “parte alguma”<sup>29</sup>.

Prosseguindo em sua biografia em 1848, Paula Brito possuía seis impressoras manuais e uma mecânica. As instalações de suas lojas ocupavam um espaço importante na Praça da Constituição. Continuou trabalhando com outros gêneros, além da impressão de livros. Conseguiu ainda criar filiais em sociedade com Antônio Gonçalves Teixeira e Souza e Cândido Lopes. Com Cândido Lopes, ele formou a Tipografia e Loja de Lopes e Cia em Niterói (HALLEWELL 1985, p. 85). Em 2 de Dezembro de 1850, criou a Tipografia Imperial Dois de Dezembro, da qual d. Pedro II era acionista. A partir da Tipografia Dois de Dezembro, Paula Brito pode ser considerado um editor de grande proporção no Império do

<sup>28</sup> Outros casos também ocorreram em dezembro de 1833, conforme apresenta GODOI, Rodrigo de *Um editor no Império*: Francisco de Paula Brito (1809-1861), principalmente as páginas 13 a 20.

<sup>29</sup> BRITO, Francisco de Paula. *Proclamação aos compatriotas*. Rio de Janeiro: Tip. Fluminense de Brito e Cia, s.d.. BN, Obras Raras, 102, 5, 226.

Brasil. Em 1857, alguns acionistas insatisfeitos com os rumos da Dois de Dezembro conseguiram sua liquidação e a firma foi transformada na “Tipografia de Paula Brito”, que se mantinha também com o auxílio financeiro do imperador.

Paula Brito faleceu em 1861, e sua viúva Rufina Rodrigues da Costa Brito seguiu à frente da agora decadente tipografia até 1875. Todavia, a permanência da Tipografia de Paula Brito esteve vinculada com os valores da dívida que foram aumentando ao longo desse período.

Embora se mencione a pobreza enfrentada pelo editor no decorrer de sua vida, percebemos que Paula Brito ocupou uma posição privilegiada na sociedade do Rio de Janeiro. Todavia, após sua morte, a situação da viúva Rufina ficou bastante comprometida. A posição de destaque alcançada por Paula Brito não lhe garantiu a manutenção reservas financeiras. Suas finanças estavam ligadas diretamente à sua livraria. Assim, como herança, Rufina ficou com os pertences do editor e o que existia em sua livraria, e também com suas dívidas.

Analisando o inventário<sup>30</sup> *post mortem*, Rodrigo Camargo de Godoi (2011, p. 3) aponta que, após sua morte, os negócios da Tipografia dois de Dezembro, sua concordata e os custos do enterro de Paula Brito somavam mais que 15:000\$000. Coube à Rufina, viúva de Brito, a tarefa de administrar os bens e a dívida do casal. Em 1862, Rufina deu entrada aos processos do inventário, que durou quatro anos. No mesmo ofício que Rufina pedia o inventário, sugeria os nomes de Antônio de Pádua da Silva, B. L. Gamier, João Paulo Ferreira Dias, Francisco Luiz Pinto e Francisco Pinto de Faria como avaliadores dos bens em questão. A sugestão foi bem acolhida na medida em que, “com boa consciência”, avaliassem os bens do finado editor (INVENTÁRIO, fls. 10).

As listas (ver *Quadros 1 e 2* a seguir), que demonstram os bens do interior da casa do casal, mostram que a casa de Paula Brito era bem montada. Talvez não com luxo, mas a residência de Paula Brito pode ser considerada como uma casa digna. No entanto, se somarmos os itens que constam na lista dos bens da casa de Paula Brito, o valor alcançável somava 323\$000, nada muito expressivo diante das dívidas do casal. Tão pouco seriam expressivos os valores se somarmos a avaliação dos bens da loja.

---

<sup>30</sup> **INVENTÁRIO.** Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, inventariante. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, 1862, n. 6210, maço 448. Nas próximas menções a este documento o denominaremos de INVENTÁRIO.

*Quadro 1 - Trastes de uso doméstico deixados pelo finado Francisco de Paula Brito*

Descrição	Valor
1 mobília de sala, sendo: 12 cadeiras de jacarandá, 2 de braços, sofá, mesa redonda e consolo com pedras, já usados: cento e vinte mil réis	120\$000
12 cadeiras ordinárias: doze mil réis	12\$000
1 mesa para jantar: oito mil réis	8\$000
1 Relógio americano: oito mil réis	8\$000
1 Guarda-louça: vinte mil réis	20\$000
2 sofás ordinários: dezesseis mil réis	16\$000
3 mesas pequenas (usadas): seis mil réis	6\$000
Louça de mesa e almoço de uso ordinário da casa: quarenta mil réis	40\$000
Vidros de serviço ordinário da casa: vinte mil réis	20\$000
2 Mangas de vidro: três mil réis	3\$000
4 castiçais de bronze com mangas: doze mil réis	12\$000
1 Candelabro: 6 mil réis	6\$000
2 jarras finas: quatro mil réis	4\$000
Trem de cozinha incompleto de ferro: seis mil réis	6\$000
1 Bandeja de folha: três mil réis	3\$000
1 Bacia de arame: seis	6\$000
1 Mesa de cozinha: dois mil réis	2\$000
1 Lavatório ordinário: dois mil réis	2\$000
1 Talha velhas mil réis	1\$000
3 Camas de vento: quatro mil réis	4\$000
2 Marquesas ordinárias: seis mil réis	6\$000
1 Guarda-roupa: oito mil réis	8\$000
2 Bandejas ordinárias: um mil réis	1\$000

12 colheres de prata inglesa para chá: quatro mil réis	2\$000
12 talheres ordinários: dois mil réis	2\$000
12 colheres de prata inglesa para mesa: quatro réis	4\$000
1 Paliteiro galvanizado	1\$000

Fonte: INVENTÁRIO, fls. 29.

*Quadro 2 - Avaliação da “armação e mais móveis do escritório” e loja*

Descrição	Valor
Armação de pinho velha: cinquenta mil réis	50\$000
2 Carteiras de madeira de dezesseis mil réis	16\$000
1 Mesa comprida: oito mil réis	8\$000
6 Bancos: 12 mil réis	12\$000
1 Dito de escritório: dois mil e quinhentos réis	2\$500

Fonte: INVENTÁRIO, fls. 29.

Os avaliadores da loja deveriam ser pessoas com informação suficientes para avaliarem os prelos e também as obras existentes na Tipografia Fluminense. Para a avaliação de da loja, Rufina sugeriu para o juiz que fossem tomados nomes comprovadamente experientes no Rio de Janeiro. Foram nomeados avaliadores das máquinas Baptiste Louis Garnier e João Paulo Ferreira Dias. O senhor João Paulo Ferreira Dias não pôde avaliar, alegando estar muito comprometido com os negócios da Tipografia Nacional, seu local de trabalho. Ele foi substituído por Luiz Muratet.

Garnier e Ferreira Dias, ao contrário dos avaliadores dos bens da casa de Paula Brito, preferiram realizar uma lista de todos os bens que estavam no interior da loja e, por final, deram um valor final no conjunto de todos os conteúdos. Embora não tenhamos tempo e espaço para um estudo comparativo das quantidades expostas e os valores referenciados, interessa-nos aqui ao menos apresentar o valor declarado pelos bens da Tipografia de Paula Brito: 6:500\$000 (Ver *Quadro 3* a seguir).

A livraria de Paula Brito contava com 17.500 livros no ano de sua morte (Ver *Tabela 4 e 5* a seguir). De acordo com o inventário, é impossível saber quais eram as quantidades e os títulos detalhadamente. Os inventariantes tentaram agrupar os títulos em algumas categorias, conforme podemos observar na tabela abaixo. Classificaram os livros sem uma definição precisa das categorias e, por vezes, apenas descreveram sua localização no interior da loja. A avaliação do conteúdo da livraria de Paula Brito considerou um preço abaixo do valor de venda dos livros. Mesmo experientes livreiros no mercado Imperial do Rio de Janeiro, os avaliadores Garnier e Luiz Pinto deram um valor total de 1:751\$500, o que daria exatamente \$100,08 réis por volume. Por exemplo, em abril de 1863, livros como o volume 1 de *O Teatro*, de Machado de Assis, e *A viuvinha e cinco minutos*, de José de Alencar, eram anunciados na imprensa à 1\$000 (GODOI, 2014., p. 221).

*Quadro 3 - Estabelecimento Tipográfico deixado pelo finado Francisco de Paula Brito*

Quantidade	Item
6	Prelos grandes com tinteiros e seus pertences
1	Dito pequeno [com tinteiros e seus pertences]
2	[Ditos pequenos] desconcertados
1	[Dito] grande [desconcertado]
1	Cavalete [grande]
10	[Cavaletes] pequenos
120	Ramas partidas
144	Taboas [partidas]
9	Mesas
3	Armários
7	Guarda-caixas
64	Pares de caixas
34	Caixas desirmanadas
25	Galés
20	Granés
60	Libras de letras para títulos de cartazes
40	[Libras de letras para] corpo [de cartazes]

50	[Libras de letras] armadas para títulos (novas)
30	[Libras de letras armadas para título (velhas)
1	Caixa de escrita grande
1	[Caixa de escrita] pequena
1	[Caixa de escrita] grega
1	Caixa de sinais matemáticos
1	[Caixa de sinais] de música
50	Libras de tipo Santo Agostinho
500	[Libras de tipo] Cícero velho
500	[Libras de tipo Cícero velho]
600	[Libras de tipo] Filosofia
100	[Libras de tipo] Gatharde
100	[Libras de tipo] Mignon
1	Caixa com [tipo] grifo de Cícero
1	[Caixa com tipo grifo de] Filosofia
1	[Caixa com tipo grifo de] Mignon
1	[Caixa com tipo] Escrita Francesa
1	[Caixa com tipo] Gótico
200	Libras de vinhetas diversas
100	Emblemas em bom estado
53	[Emblemas em] mau [estado]
300	Libras de entrelinhas de diversas medidas

Fonte: INVENTÁRIO, fls. 31

*Quadro 4 - Livros deixados pelo finado Francisco de Paula Brito*

Quantidade	Item
7240	Libretos de diversas óperas
1325	Farsas de (Penna)
60	Confederação dos Tamoios
3100	Carteiras de meu tio, Fábulas de Esopo, forasteiro, Filho do Pescador, Luxo e Vaidade, Maria ou a menina roubada, Questão

	de dinheiro e União Ibérica.
550	A Mãe, Biblioteca das Senhoras
600	Fatalidades e Código de Posturas
2025	Noviço, Primo da Califórnia, Tartufos, Fantasma Branco, Enjeitado, Prestígio da lei e Vestal
375	Vicentinas
100	Vida de Santo Antonio
1825	Poesia do amor e Luxo e Vaidade
300	Queda que as mulheres têm para os tolos

Fonte: INVENTÁRIO, fls. 3.

*Quadro 5 - Títulos arrolados no Inventário de Paula Brito por autor, gênero e ano de edição.*

Livro	Autor	Gênero	Ano/edição
Confederação dos Tamoios	Domingos José Gonçalves de Magalhães	Poesia	1856; 1857
Carteira do meu tio	Joaquim Manuel de Macedo	Romance	1855; 1859
Fábulas de Esopo	Francisco de Paula Brito (Org.)	Fábulas	1857
Forasteiro	Joaquim Manuel de Macedo	Romance	1855
Filho do Pescador	Antonio Gonçalves Teixeira e Souza	Romance	1843; 1859
Luxo e vaidade**	Joaquim Manuel de Macedo	Teatro	1860
Maria ou a menina roubada	Antonio Gonçalves Teixeira e Souza	Romance	1859; 1860
Questão de dinheiro	Dumas Filho. (Trad. Justiniano J. da Rocha)	Teatro	1858
União Ibérica	José Feliciano de Castilho	Poesia	1861
A Mãe	José de Alencar	Teatro	1862
Biblioteca das senhoras	Francisco de Paula Brito (Org.)	Romance	1859
Fatalidades***	Antonio Gonçalves Teixeira e Souza	Romance	1856

Código de Posturas****	Câmara Municipal do Município da Corte Leis	Leis	1848
Noviço	Luiz Carlos Martins Penna	Teatro	1853
Primo da Califórnia	Joaquim Manuel de Macedo	Teatro	1858
Tartufos*****	Leo Junios (pseud. José da R. Leão Júnior)	-	1860
Fantasma Branco	Joaquim Manuel de Macedo	Teatro	1856
Enjeitado	Constantino José Gomes de Souza	Teatro	1861
Prestígio da lei	Manuel de Araújo Porto-Alegre	Teatro	1859
Vestal	Savério Mercadante (Trad. L. V. De-Simoni)	Teatro	1849
Vicentina	Joaquim Manuel de Macedo	Romance	1853
Vida de Santo Antonio	-	-	-
Poesia de amor	Antonio José de Araújo	Poesia	1857
Queda que as mulheres têm...	Victor Hénau (Trad. Machado de Assis)	Sátira	1861

Fonte: GODOI, 2011, p 6.

De acordo com o arrolado nos autos do inventário, Antônio de Pádua e Silva, o mesmo que atuou como avaliador em 1862, arrematou os bens, em 1866, por 411\$500. Já os artefatos e máquinas da Tipografia e os livros deixados tiveram uma história muito pior. Ainda em maio de 1866, Rufina pediu ao juiz uma nova avaliação da Tipografia, uma vez que no primeiro leilão nenhuma pessoa se mostrou interessada naqueles bens. Uma nova avaliação foi realizada por Garnier e Luiz Menatet, que atribuíram à Tipografia o valor de 4:600\$000. A tipografia foi novamente a leilão, mas sem nenhuma proposta. Uma terceira e última avaliação foi solicitada e, mais uma vez, Garnier e Pedro d'Aguilar examinaram os bens de Paula Brito, avaliados agora em 2:200\$000<sup>31</sup>

Rodrigo Godoi, observando os autos do inventário, lança uma interpretação segundo a qual a desvalorização pode ser parte de um jogo feito por parte de Rufina, com intenção de manter a posse do espólio de Paula Brito. Essa parte é inferida ainda a partir um requerimento

<sup>31</sup> Entre a segunda e a terceira avaliação, passou-se pouco menos de um mês. A segunda foi realizada no dia 4 de junho e a terceira 30 de junho.

de Manuel Rufino de Oliveira. Manuel Oliveira, dizendo-se um dos credores de Paula Brito, acusava Rufina de não querer vender os bens “por puro capricho, por que, a tipografia e livros, únicos bens do falecido, não cabe em sua meação, os herdeiros também se opõe a venda ao passo que declaram terem desistido da herança” (INVENTÁRIO, fls. 46). Ainda no inventário, registra-se um último fato ocorrido, que é um incêndio em uma loja vizinha à de Paula Brito, que poderia ter ocasionado deterioração dos bens, conforme consta no Inventário.

Por intermédio da história de Paula Brito, podemos observar como a figura do editor surge no Rio de Janeiro, bem como as especificidades históricas da história do impresso naquela sociedade<sup>32</sup>. Neste capítulo, em seguida, a proposta principal é buscar abordar o periódico *O Mulato ou o Homem de Cor*. Iremos examiná-lo para além de sua materialidade, buscando apreender um pouco da história social e econômica de um ator histórico importante<sup>33</sup>. Interessa-nos, na próxima seção, apresentar como os periódicos que se seguiram ao *Mulato* mobilizaram uma linguagem racializada para as disputas políticas nas páginas de seus periódicos.

## II - Os periódicos da *Imprensa Cidadã*

Por “imprensa cidadã”, Célia Maria Marinho de Azevedo (2005) toma a produção periódica que se desenvolveu durante o ano de 1833 na cidade do Rio de Janeiro. Para a autora, podemos perceber uma “certa” revolução na palavra impressa que, naquele momento, iniciou um debate acalorado sobre a “questão racial” no império do Brasil. Explicamos as aspas: uma “certa” revolução está conectada à ideia que a imprensa periódica no Brasil passou a se preocupar com questões específicas de grupos sociais e, assim, a se posicionar em um jogo político apresentado por muitos historiadores como “teatro do jornalismo”. Já por “questão racial”, Azevedo pondera que ela não pode ser considerada como o mote principal desses pasquins. Embora contenham debates nos quais se evidenciam um desfavorecimento da população “de cor” na sociedade do Rio de Janeiro do oitocentos, os citados órgãos de imprensa estariam apenas momentaneamente preocupados com a questão racial, tendo como

<sup>32</sup>O Anexo I desta monografia irá demonstrar uma lista com todos os livros impressos por Paula Brito.

<sup>33</sup> Próximos da proposta de DARTON, Robert. *O Beijo de Lamourette* (1990). Nesse livro, especialmente no capítulo *O que é a história dos livros?*, percebemos que o autor aponta para a necessidade de se compreender a história dos impressos para além de sua materialidade, configurando “uma história social e cultural da comunicação impressa” (DARTON, 1990, p. 122). As relações culturais, portanto, deixam de ser entendidas como sendo submetidas às sociais e econômicas, sendo tomadas como perpassadas pelas práticas e produções culturais.

intenção primordial buscar um modelo de cidadania *desracializada*. Isto é, eles estavam assentados em ideais liberais de – principalmente – igualdade de acesso para todos que podiam ser considerados cidadãos, a partir das definições da Constituição de 1824.

Dois anos após o episódio de *7 de abril*, saía a público o primeiro periódico direcionado diretamente à população negra na corte regencial. O cenário era o da intensa agitação política em torno da democracia e de conflitos em torno da cidadania no Brasil. Esse periódico era *O Homem de Cor*, impresso na Tipografia Fluminense. Ele saiu em cinco números, entre os meses de setembro a novembro de 1833 e tinha o valor de 40 réis. Era um pasquim, ou seja, tinha uma intenção notoriamente panfletária de denúncia da situação da população negra livre no interior da sociedade do Rio de Janeiro naquele período. Seus números eram assinados anonimamente apenas por “o redator”.

Nelson Werneck Sodré registra a existência de um tipo específico para a produção dos pasquins:

A técnica de imprensa, ainda nos primeiros passos do país, ao tempo, acrescentou características formais ao pasquim: formato in 4°, quatro páginas em regra, preço de venda avulsa de 40 réis, 80 no caso de dobrar o número de páginas. Não havia venda nas ruas; compravam-se, nas tipografias e nas lojas de livros indicadas, exemplares isolados ou por assinatura. O título se referia, via de regra, a pessoas, acontecimentos, coisas de interesse notório no momento; quando não, sob disfarce, guardava alusão a isso. O pasquim, habitualmente, não trazia o nome do redator. Muitos desses nomes, por isso mesmo, ficaram em dúvida, com o passar dos tempos e, para identificação, é necessário recorrer a depoimentos da época, nem sempre seguros (SODRÉ, 1999, p. 182).

A historiografia tem sublinhado que a produção desse periódico está de acordo com as propostas desenvolvidas pelo partido *exaltado* (MATTOS, 2000, p. 65). O proprietário da Tipografia Fluminense é, por vezes, apontado como seu redator. Embora as afirmações sobre quem assinasse sejam escassas, a ideia principal que figura nos textos é a da discussão acerca da ocupação dos cargos públicos e da condição do negro. Nos cinco números saídos, o cabeçalho do jornal não muda e nele é expresso, em duas colunas, um trecho da Constituição de 1824 e uma fala do governador de Pernambuco.

No cabeçalho do *Homem de Cor*, vê-se uma apresentação de um debate muito forte sobre a situação dos homens de cor no período da regência. De uma maneira esquemática, é

apresentada, de um lado, uma coluna com um parágrafo da Constituição de 1824 e, do outro, uma fala do presidente da província de Pernambuco. No parágrafo 14, do artigo 179, da Constituição de 1824, que era apresentado no jornal, lia-se: “Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos e militares, sem outra diferença que não seja a de seus talentos e virtudes”. Já na fala de Manuel Zeferino dos Santos, proferida em 12 de junho de 1833, o presidente de Pernambuco dizia: “O Povo do Brasil é composto de Classes heterogêneas, e debalde as Leis intentem misturá-las, ou confundi-las sempre alguma há de procurar, e tender a separar se das outras, e eis um motivo a mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”<sup>34</sup>.

Manuel Zeferino dos Santos discursava sobre uma proposta apresentada na Corte e, com o receio de uma possível tomada de controle por parte dos “homens de cor” em importantes espaços políticos e públicos, sugeria uma forma eficaz de separação entre brancos e mulatos. O objetivo de Zeferino dos Santos era a instalação de obstáculos ao acesso aos cargos de importância pela classe mais numerosa, a “de cor”. Esse era o caso, por exemplo, da Guarda Nacional. Criada com a intenção de deter as revoltas *exaltadas*, os cargos mais elevados da Guarda poderiam ser ocupados pelos homens de cor, a classe mais numerosa e, portanto, ameaçadora.

A população negra era temida por ser numerosa. Durante a primeira metade do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro contou com um imenso contingente de escravizados e ainda uma expressiva quantidade de livres e libertos. Segundo visualização da cidade, composta principalmente por viajantes, é possível dizer que cerca de 2/3 da população era “de cor”. O sentimento era de medo em relação a uma revolta, tal como a que ocorreu no Haiti em 1791<sup>35</sup>. Nesta monografia é importante considerar o Rio de Janeiro como uma “cidade negra”, tal como apresentou Chalhoub:

Com efeito, os escravos, libertos e negros livres pobres da Corte haviam instituído uma cidade própria, arredia, alternativa, ao longo de décadas de luta contra a instituição da escravidão no século XIX. Esta cidade negra se fez através de movimentos e racionalidades cujo sentido fundamental,

---

<sup>34</sup> O Anexo II irá apresentar a primeira página do primeiro número do pasquim *O Homem de Cor*.

<sup>35</sup> A Revolução Haitiana (1791-1804) foi um período de conflito na colônia de São-Domingos, levando à eliminação da escravidão e à independência do Haiti, a primeira república governada por pessoas de ascendência africana. Apesar de centenas de rebeliões ocorridas no Novo Mundo durante os séculos de escravidão, apenas essa revolta obteve sucesso em alcançar a independência permanente, sob uma nova nação. A Revolução Haitiana é considerada como um momento decisivo na história dos africanos no Novo Mundo (SOARES; SILVA, 2006, p. 7).

independentemente ou não das intenções dos sujeitos históricos, foi inviabilizar a continuidade da instituição da escravidão na Corte (1990, p. 185).

Tomando como ponto de partida os espaços de socialização da população negra oitocentista, principalmente a fração livre e liberta, o autor constatou que o conflito entre posições diferentes envolvia uma grande discussão sobre a disputa de poder. Devemos considerar, no referido contexto, a construção de identidades sociais e a busca pelo reconhecimento da cidadania. Segundo Azevedo, o reconhecimento da cidadania estaria para além da divisão da sociedade por raças. Todavia, é importante perceber que a luta através da disputa racial foi um “recurso político momentâneo” para se alcançar uma “cidadania desracializada” (2005, p. 303). Tomar esses jornais dessa maneira não diminui a qualidade do debate político apresentado em suas páginas, tampouco enfraquece a percepção de que eles carregam um traço importante para reconhecermos um primeiro combate a uma sociedade extremamente hierarquizada a partir de posturas fenotípicas<sup>36</sup>. Além disso, o critério de origem étnica não pode ser tomado *a priori* como chave de interpretação desses periódicos. Segundo Ivana Lima: “A identidade étnica só existe quando construída, como ação política” (1998, p. 6). Assim, devemos olhar para a “imprensa cidadã” como uma produção histórica e, como tal, compreendê-la no interior do discurso que produzia e da linguagem que mobilizava.

A vida pública agitada do Período Regencial contribuiu fortemente para o forjamento de novas estratégias com a intenção de denunciar uma sociedade excludente e marcada pela crença na superioridade do branco. Para além das revoltas – que não foram poucas – ocorridas no período, a população de cor se via excluída da cena pública. Como percebemos nas páginas de *O Mulato ou o Homem de Cor*, ademais, a participação em cargos públicos e no governo era marcada por empecilhos. Além da experiência de *O Mulato ou o Homem de Cor*, outros títulos aparecem trazendo características similares e com linguagens próximas a pasquins. Todos tinham tiragem bem limitada, mas cada um apresentando argumentos importantes para nosso debate. Entre esses, podemos citar: *Brasileiro Pardo*, *O Cabrito* e *O Lafuente*. Todos eles foram jornais que circularam em um breve período de tempo na Corte Regencial, entre setembro e novembro de 1833. Uma série de questões presentes nesses debates podem escapar ao nosso argumento principal, mas uma que merece menção é a

---

<sup>36</sup> O cenário remete, então, a “uma história das modalidades do fazer crer e das formas da crença que é antes de tudo uma história das relações de forças simbólicas, uma história da aceitação ou da rejeição pelos dominados dos princípios inculcados, das identidades impostas que visam a assegurar e perpetuar sua dominação” (CHARTIER, 1994, p. 9).

ligação entre a Inglaterra e a pressão pelo fim da escravização de africanos. José Bonifácio chegaria a escrever, em carta ao cônsul da Inglaterra Chamberlain, sobre a vontade de embranquecimento da sociedade brasileira, contando ainda com o apoio ao afundamento de navios negreiros que traficavam do continente africano ao Rio de Janeiro. A ligação com a Inglaterra é muito rica em informações e merece uma melhor exploração<sup>37</sup>.

No quarto número do *Homem de Cor*, há uma referência a outro homem que participou desse debate: Maurício José de Lafuente. Figura política também curiosa, Lafuente havia passado por várias províncias brasileiras e, de acordo com o *Homem de Cor*, seria “patriota de 1817” (menção ao movimento ocorrido em Pernambuco naquele ano), “trabalhador da Revolução de 1824”, contexto da outorga da Constituição de 1824 e, ainda, “um dos primeiros a celebrar o Sete de Abril, na Província da Capitania do Espírito Santo”.

Como Lafuente participou diretamente nesses conflitos não está explicitado nos pasquins. Mesmo assim, podemos deduzir que Lafuente não foi indiferente aos conflitos raciais ocorridos nesses períodos. Iniciando com o conflito de 1817, podemos abordar, de uma maneira simples, os conflitos ocorridos no interior da tropa de primeira linha. Conflitos raciais entre soldados já haviam acontecido antes de 1817 e um dos estopins da insurreição foi uma briga entre soldados do batalhão dos negros livres (os *Henriques*) e soldados portugueses. Continuariam depois envolvendo até a própria tropa vinda da Corte para acabar com a república. Esses atritos se agravariam depois de 1820. Em 1821, houve brigas entre o batalhão dos *Henriques* e soldados portugueses, repetindo-se assim o que acontecera em 1817 (CARVALHO, 1998, p. 346). Como ex-cadete da Marinha, Lafuente viveu na capital do Império, lidando com um arsenal político cultural que reunia o repertório liberal *exaltado*, algumas ideias republicanas e o entendimento de como se processavam as relações raciais na sociedade brasileira do início do século. No contínuo de suas batalhas pessoais, em 1832, foi detido, identificado como “pardo” e submetido a processo judicial sob a acusação de ter-se envolvido em um “motim e assuada” no Largo do Paço, por meio do qual se pedia a reintegração legal de um ministro, assim como a exoneração do que fora nomeado.

Em tal contexto, a existência de jornais com títulos tão sugestivos quanto *O Homem de Cor*, *Brasileiro Pardo* e *O Cabrito* oferecia muito para despertar apreensão de gente como Evaristo da Veiga, ainda mais quando as identidades desses emissores e receptores eram

---

<sup>37</sup> Figura emblemática desse tipo de pensamento foi o bispo José Joaquim Azeredo Coutinho. Ele defendia em suas obras sobre economia política a necessidade da mão de obra escrava no território brasileiro. Todavia pautava seus escritos em argumentos próprios de um modelo liberal de economia. Ver, por exemplo, a apresentação de Sérgio Buarque de Holanda no livro *Obras econômicas de J. J. Azeredo Coutinho*, (HOLANDA, 1966, p. 13-53).

informadas por um pertencimento de grupo de marcação racial negra. Observe-se o caso de *O Cabrito*. Os termos “cabrito” ou “cabra” guardavam e ainda guardam essa carga semântica. Pelo que consta no glossário construído por Jeanne Berrance de Castro, em seu trabalho sobre a Guarda Nacional, trata-se de “designação dada aos brasileiros que não primavam pela limpeza de sangue” (CASTRO, 1979, p. 250).

Ainda sobre o título de *O Cabrito*, é importante informar que a animalização tornou-se comum nos debates políticos. Ela apareceu em títulos de periódicos<sup>38</sup> e ora era utilizada com tom pejorativo, ora era como símbolo de uma marca social ou de uma luta. Esse segundo é o que observamos com *O Cabrito*. Segundo Morel, as imagens elaboradas em torno dos caprinos poderia denotar uma classificação racial. Igualmente, a imagem do caprino poderia se remeter à mitologia e, assim, ela estaria associada “à figura maternal, protetora e ao mesmo tempo livre e ágil” (MOREL, 2003, p. 92).

Ao mobilizarem seus discursos contra a condição social dos “homens de cor” no Período Regencial, esses jornais criavam uma *persona* política que buscavam apresentar como presente no teatro político do período. No interior da cena, eles mobilizavam uma forma racializada da linguagem política que é muito interessante. Destarte, ao mobilizarem essa linguagem, buscavam denunciar a situação do negro livre no interior da sociedade do Rio de Janeiro oitocentista. Ademais, analisando-se atentamente o sentido do discurso, percebemos que ele buscava criar uma forma de cidadania desracializada, pautada na igualdade de acesso. Dessa maneira, a ideia racializada que transparece nos jornais deve ser compreendida como uma escolha política e, como toda escolha política, visa atingir uma estratégia de convencimento no seu público. Na próxima seção, buscaremos apresentar alguns traços que permitem a compressão dessa linguagem racializada.

### **III – A linguagem racializada da política do oitocentos**

Lançar uma visão mais detida sobre a linguagem que era mobilizada pelos periódicos na década de 1830 representa, em alguma medida, escolher algumas palavras mais importantes e buscar traçar alguns apontamentos sobre elas. Algumas são notoriamente importantes, tais como, por exemplo, “brasileiro”. A utilização dessa palavra deve ser

---

<sup>38</sup> Como os periódicos: *O macaco brasileiro*, *O Papagaio*, *O Beija-Flor* ou *Minhoca* entre outros. Sobre a ideia de *zoologia* política no Império do Brasil, ver MOREL, Marco. *As transformações dos Espaços Públicos*, principalmente o Capítulo 2 – *Identities políticas: além das intrigas da Corte*.

compreendida como sendo possuidora de um papel crucial para a identificação de um projeto político. Junte-se a ela algum adjetivo e é possível que se passe de *brasileiro nato* a *brasileiro adotivo*; ora se é um “filho da pátria”, ora se é apontado como um forasteiro que apoia a emancipação do Brasil. Da mesma maneira a palavra cidadão dotava-se de extrema complexidade. Ser cidadão estava definido e garantido na Constituição. Todavia, havia separações de início entre *cidadão ativos* e os *outros cidadãos*, que, por sua vez, podiam ser divididos em *povo* e *plebe*, cada um desses designativos compreendendo um modelo específico de “cidadão brasileiro”. A disputa pelo reconhecimento, nesse contexto, foi essencial para a imprensa cidadã.

Esse momento da história do Brasil é marcado por uma proeminência das cores dos brasileiros, e seus sentidos hierarquizantes herdados do Império português aparecem como eixo dos combates de muitos dos jornais e panfletos com orientação política liberal exaltada, marcando a emergência de uma linguagem racial da política. No interior dos embates travados no palco do teatro da política, os debates produzidos pelos pasquins que constituem objeto neste texto permitiam a certas camadas da população argumentar sobre o sentido que a condição de mestiço assumia, tomando-se como sendo a de verdadeiros brasileiros e, com isso, reforçando um caráter diferente do português, aqui associado à figura do colonizador.

No *Homem de Cor*, por exemplo, temos uma passagem que demonstra bem essa condição do mestiço, e ela surge como a busca da compreensão sobre os desdobramentos do sete de abril. A memória do sete de abril foi também alvo da disputa política, ora reconhecida como “gloriosa revolução”, ora reconhecida como “revolução regeneradora”. Entre os *exaltados*, é encarado como a grande questão que lhes foi inculcada pelos *moderados*. Seria interpretado como uma falsa aliança, falsas promessas de mudança que, no rearranjo político com a saída de d. Pedro I e a ascensão da Regência, pouco se efetivaram. O argumento da falsa mudança está inteiramente conectado com a possibilidade de busca de reivindicações específicas, como o caso dos “empregos nacionais” e a participação na Guarda Nacional. Segundo Lima (2005, p. 13), ela significava estatuto simbólico combinado à liberação do recrutamento obrigatório para outros corpos militares. Aliadas às questões específicas também se puderam notar questões mais amplas, tais como as que propunham um pacto federativo para a organização política do Estado. Ainda nesse contexto, os pasquins assumidamente *exaltados* chegam a questionar a proposta de união das raças para derrotar os “inimigos do Brasil”. Vejamos essa passagem do Brasileiro Pardo:

[...] Os tais patriotas, daqueles tempos, gritavam contra os adotivos em todos os seus discursos, gazetas, conversações; e eu, pobre patinho, ia caindo no logro, e à semelhança do carneiro, seguia a direção dos então pastores: amigo do meu país, extremoso pelos princípios livres, e zeloso por o que eles então chamavam nacionalidade, já aborrecia os adotivos, e ainda que não fosse acostumado a chamar ninguém por alcunhas, contudo em vendo um adotivo quase que já estava na minha mão o deixar o de chamá-lo – maroto, marinheiro, chumbo, etc. – vieram as garrafadas, e eu fiquei doido de todo! O Melo Miranda, o Guerra, o Areias, e outros que tais que, segundo a fama, então se distinguiram, se eu os houvesse pilhado, não sei o que teria feito: os nossos Evaristos gritaram-nos em gazetas – sangue pede sangue – o caboclinho Republico berrava – mata chumbo – numa palavra, para encurtarmos razões, que todos sabem, a tal coisa de chumbo, maroto e marinheiro, levou as coisas ao ponto de D. Pedro abdicar (BP, vol. 1, p. 1, 1833).

O *Brasileiro Pardo* pretende desconstruir tal união nacional, ou pensar em termos diferentes. Daí, junto a outros discursos, tematizar o preconceito racial, a relação entre critério social ou critério de cor ou raça.

A separação inerente às cores dos cidadãos mantinha-se, porém, agora, era usada contra os cidadãos com postura política *exaltada*. Usados como armas contra os *exaltados*, esses discursos mobilizados partem de panfletos com uma retórica conservadora e apelam diretamente para as designações dos homens livres de cor. Dessa maneira, e a partir de uma aglutinação dessa parte da população no discurso político, as denominações passam a designar características inerentes de um determinado tipo de “cidadão de cor”.

No *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga, defensor de uma postura *moderada*, facilmente agredia-se qualquer oposição chamando-a de *caramuru*, ou *restaurador*. É o que ocorreu com o *Verdadeiro Patriota*, apelidado por ele de *Verdadeiro Caramuru*, ao afirmar que “O Fundador da Monarquia e Independência Brasileira foi obrigado por uma torpe sedição de tropa, e garotos, envolvidos até com negros de ganho, ou de Ele assinar a lei fundamental nas escolhas de seus ministros, ou de ser assassinado” (AF, n. 791, 1833). O contra-argumento de Evaristo foi o seguinte:

Sobre a insolência com que o V. Caramuru se exprime acerca da gente que teve parte na revolução de 7 de Abril, o que diremos, quando a imprudência

e cegueira de alguns desses mesmos lhe insuflam a ousadia? As nossas tristes divisões têm dado aos escravos uma audácia que cairá por si mesma, logo que os liberais conheçam seus verdadeiros interesses e esqueçam intrigas miseráveis para se ocuparem com os destinos da pátria, e para tratarem de impedir que as influências retrógradas preponderem outra vez no país. Os negros de ganho não estavam no Campo da Honra na madrugada de 7 de Abril: nada tendo a ganhar numa ordem de coisas que só prometia liberdade, eles se escondiam assustados e receosos da vingança do povo que suas negridões tinham irritado. Era tal sua covardia que o rapaz de menos força e de condição mais humilde se atrevia a insulta lós em massa, sem que eles fossem ousados a dar mínima resposta. Só imploravam perdão e lastimavam o engano em que tinham vivido a respeito do ex-Monarca, que cobriam agora de injúrias e de baldões. Desses negros de ganho; conhecemos centos; mas nem um só podemos descobrir no Campo da Honra na célebre noite, que tanto os traspassou de medo (AF, n. 791, p. 3368, 1833).

A busca de Evaristo da Veiga foi então de ridicularizar a participação do negro nos acontecimentos de sete de abril. “Para garantir o sucesso do espetáculo, era preciso escamotear certos “deslizes”, que por óbvio não estavam no *script* do conservadorismo”, assim interpretou Ana Magalhães Pinto o tipo de atitude que leva Evaristo a esse ataque rasteiro (PINTO, 2006, p. 61). O argumento é embasado então num incômodo provocado na população branca – o *povo brasileiro* – com a menor possibilidade de alguma ação política realizada por negros – a *plebe* –, de qualquer condição social.

O cidadão de cor lutava pelos mesmos direitos constitucionais dos brasileiros brancos: “No Brasil não há mais que escravos e cidadãos”; “O título 2 da Constituição não distinguiu o roxo do amarelo, o vermelho do preto”; “no Brasil não há brancos, nem mulatos, há cidadãos brasileiros, ingênuos e libertos!”: essas são algumas das enfáticas declarações impressas nos jornais exaltados. Como o redator de *O Homem de Cor* deixa claro, o intento do presidente moderado da província de Pernambuco era criar batalhões segundo “os quilates da cor” – um de “intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos”. Mas todos sabiam que a Constituição não distinguiu os cidadãos, pois com ela as distinções ficavam por conta de seus talentos e méritos individuais. Por isso mesmo, cabia aos *exaltados* e também aos brancos não *moderados* unir-se em defesa da Constituição, pois agora “a balança” pendia “em favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis”.

Delineava-se, assim, um homem de cor que não se identificava, pois escrevia usando o recurso do anonimato e que recusava identificações raciais. Para ele, a igualdade entre os cidadãos brasileiros só poderia se efetivar através do silêncio sobre as marcas hierarquizantes, sentido isso expresso desde a época pombalina, que proibia que “os ditos meus vassallos casados com as índias ou seus descendentes sejam tratados com o nome de caboclos, ou outro semelhante que possa ser injurioso”. Isso reforça ainda a ideia da cidadania desracializada, que já apresentamos.

Uma série de definições ligadas à cor da pele é observada nos debates da imprensa do período. Eles proporcionam uma visão diferenciada sobre a compreensão da sociedade altamente miscigenada e amalgamada, que desde o início da colonização se desenvolvia no Brasil. Essa multiplicidade de denominações tem como principal objetivo separar brancos de não brancos e, ainda, hierarquizar os não brancos. A polissemia com que foram tratadas as possibilidades de exclusão na sociedade regencial mostra-nos uma variedade de formulações importantíssimas para pensarmos a compreensão da situação da população negra naquele período.

Para Ivana Lima, é preciso cuidado para não reduzir toda a polissemia sobre a ideia vaga de “questão racial”:

A armadilha contida na ideia de uma “questão racial” que atravessaria a história é exatamente naturalizar essa “questão”, como se ela guardasse certa essência, que iria apenas tomando formas variadas ao longo das mudanças sociais, políticas e culturais. Procurando uma dimensão mais apropriada para analisar os códigos e práticas do momento histórico enfocado, propõe-se uma mudança de perspectiva. Inicialmente, evitar tomar essa questão como um dado natural, ou como uma questão invariável. Em segundo lugar, ao invés de perceber a história da formação da sociedade brasileira como composta por brancos, negros, índios e mestiços, conceber uma história dos termos branco, negro, índio e mestiço e de tantos outros. Outro cuidado é não subestimar o léxico profuso de designações raciais, nem reduzi-lo a termos que tornem pobre a dinâmica social. Tudo isso aponta, em síntese, para a historicidade e complexidade das percepções e classificações raciais. (1998, p. 17).

Ao mobilizar uma linguagem racializada que denunciava os atos políticos de “brancos” *moderados* recém-chegados ao poder, as definições apresentadas pelo *Homem de*

*Cor* são mais uma vez caras ao nosso ponto: a união de *exaltados* e *brancos não moderados*, em favor de uma Constituição que fosse cega às cores e que, assim, também não “enxergasse” qualquer hierarquia de raças. Sobre essa representação do *Homem de Cor*, Azevedo definiu quatro pontos que são relevantes para concluirmos essa seção: 1) uma radicalização das posições políticas, os *exaltados* seriam os “não brancos”, e os brancos poderiam ser ou *moderados* e, por extensão de sentido, adversários dos “não brancos” – como o “Branco Presidente da província de Pernambuco” –, ou *não moderados*, os que se aliam aos *exaltados* (mas não o são pela raça), na defesa da Constituição e da cidadania universal. O segundo ponto: 2) há uma associação dos termos “preto” e “mulato”, pedindo-se que quando fossem “servidos; mulatos e pretos tomais vosso lugar, sois maioria atrevida, dente de chinelo e cacete” (HC, vol. 1, 1833, p. 3). Aqui, certamente a definição de pretos está associada com o escravizado. Em terceiro lugar: 3) há também uma associação entre os “exaltados” e a defesa da continuidade do regime monárquico de governo, na medida em que se defendia a Constituição que lhes fora legada pelo império de d. Pedro I. Em quarto lugar: 4) a defesa da Constituição pelos redatores dos pasquins antirracistas deixaria entrever uma omissão política deliberada: a escravidão. Todavia, ela estaria apoiada na lógica segundo a qual, ao reconhecer o liberto como cidadão brasileiro, a Constituição deixava margem para projetos legislativos de abolição gradual da escravidão, desde que, é claro, não colidissem com um dos direitos civis nela previstos, o direito de propriedade.

Por fim resta-nos responder algumas indagações sobre a efetividade dos discursos apontados nesses pasquins, isto é, “imaginar” quem os lia e como se liam esses jornais será a busca da próxima seção desse texto.

#### **IV – Sobre a leitura no Brasil Regencial**

O público consumidor de impressos no Brasil se constitui muito conectado aos escritores de jornais e de folhetins. No século XIX, os livros, no geral, eram produtos de consumo de uma camada financeiramente privilegiada da população. Essa realidade era presente durante grande parte do período colonial. Pelo menos até o século XVIII, a propriedade de bibliotecas estava quase resumida a determinados profissionais que tinham uma exigência educacional e profissional. Assim, nessas primeiras bibliotecas, era comum a percepção de títulos ligados à carreira profissional escolhida. A partir do século XVIII, é que

são notadas, em maior volume, obras que podem ser relacionadas às ciências, à ilustração e à leitura por recreação (VILLALTA, 1997, p. 384).

O Brasil do século XIX, além disso, tinha poucas tipografias, livrarias e periódicos. Com o correr do século, essa situação mudou em parte.. A grande parcela da população analfabeta, se, por um lado, criou obstáculos para a formação de grupos de leitores, por outro, tornou imprescindível o aproveitamento dos protocolos de comunicação oral, deu margem à sua incorporação aos padrões do impresso, aproximando o último de possíveis receptores. Embora possamos perceber uma maior conexão com a cultura impressa, a oralidade ainda era traço fundamental da sociedade brasileira durante as primeiras décadas do século XIX. Ainda que a função da tinta e do papel possa ter tentado substituir corpo e voz, durante um processo de modernização das ações e produção e recepção do texto, o universo “em voz alta” era muito influente.

Os periódicos que circulavam na sociedade imperial eram lidos, encenados como em peças teatrais. Era na mistura da palavra escrita com as formas da oralidade que se materializava a interação entre o criador e o receptor dos discursos. Os espaços públicos de compartilhamento de leituras, como a Tipografia Fluminense, sede da Sociedade Petalógica, são igualmente importantes nesse processo. Sobre os meios de manutenção desses periódicos, não podemos perder do horizonte a intrínseca relação entre leitor e consumidor nesse período. O impresso tinha ainda a possibilidade de enquadrar temas cotidianos, corriqueiros, elementos que fossem familiares aos grupos de possíveis consumidores, alfabetizados ou não.

O jornalismo delimita o espaço social, marca seus contornos, suas áreas de interseção; tudo, nas páginas dos jornais, tem uma sequência, obedece a uma ordem. Dessa forma, os produtores de cultura impressa, especificamente, os tipógrafos, desenhistas e editores de jornais, desde os inícios do século XIX, constroem suas folhas, a fim de atenderem às necessidades e expectativas dos indivíduos que, em função de uma nova ordem social e econômica, passavam a ser vistos como consumidores em potencial.

A sociedade brasileira, até a difusão da imprensa mantém hábitos culturais formados no âmbito da oralidade, isto é, o leitor brasileiro foi criado nos limites da palavra-espetáculo. De acordo com Marco Morel:

o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que

passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. A circulação de palavras – faladas, manuscritas ou impressas – não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade (MOREL, 2008, p. 25).

Pela incorporação dos protocolos de comunicação oral ao impresso, ou seja, pela construção de uma palavra que variava entre as marcas dos trânsitos culturais letrados e as estruturações dialógicas típicas das interações cotidianas orais, o nosso periodismo pôde chegar a variados segmentos sociais, definindo os contornos da nacionalidade brasileira e de diferentes grupos de nosso leitorado.

O livro, principal tipo de impresso era um objeto indicador de status social, algo distante do cotidiano da maior parte dos brasileiros. Nesse contexto, o livro não poderia prescindir do jornal. Marco Morel aponta que:

Havia relação estreita dos livros com os jornais periódicos, até porque ambos podem ser definidos como imprensa, num sentido ampliado. Os jornais (também vendidos nas livrarias) custavam entre 40 e 80 réis o exemplar, de acordo com o número de páginas – o que os tornava muito mais acessíveis que os livros. E era comum, na época, impressos desse tipo transcreverem (e traduzirem, quando era o caso) longos trechos de livros, tornando-se, assim, veículos de disseminação. O jornal realizava também divulgação (e reinterpretação, com frequência) dos livros nos anos de 1820 e 1830, antes de se expandir a publicação de volumes em folhetins nos periódicos. Ou seja, mesmo quem não tinha acesso a tais livros, poderia eventualmente lê-los em extratos na imprensa periódica (MOREL, 2008, p. 37).

Ainda que não tenha sido acompanhada de uma transformação no mesmo ritmo no acesso ao domínio da escrita, as transformações da produção impressa supõem o aumento da cultura letrada, ao menos em algumas das maiores cidades, como o Rio de Janeiro. Não seria, porém, rigorosamente necessário saber ler para estar envolvido com a prática da escrita. Leituras coletivas em torno de pasquins afixados em praças ou largos eram atos que faziam parte do cotidiano daquelas disputas, não raramente classificados como “motins” ou “assuadas” pela redobrada vigilância policial supervisionada de perto pelo ministro da Justiça em 1831, Diogo Feijó. Multiplicava-se o alcance da palavra impressa. Nesses casos, a

dimensão coletiva dos pasquins torna-se evidente. Esses impressos não se destinavam apenas a uma leitura individual ou isolada, mas sim a uma encenação pública.

A conexão estabelecida entre a linguagem racializada, que abordamos anteriormente, com os possíveis leitores dos pasquins da imprensa cidadã deve ser percebida no amálgama entre a cultura letrada, estabelecida pelos periódicos, e a cultura oral, das discussões em espaços públicos e da teatralização da política. A radicalidade dos argumentos contidos nesses pasquins encontra seus ecos, então, na sociedade “de cor”. Embora fosse a baixa quantidade de negros livres e libertos letrados, a possibilidade de ouvir a palavra impressa garantiu a esses discursos uma característica mais universalizada.

## CONCLUSÃO

Esta pesquisa tentou resgatar alguns traços fundamentais da imprensa cidadã que circulou na Corte Regencial e tinha como objetivo os debates acerca da situação da população negra e dos debates sobre a definição da cidadania também nesse período.

Para seguirmos nossos objetivos, partimos da compreensão do início da circulação de periódicos na colônia portuguesa. Voltando aos periódicos da imprensa do exílio, percebemos que os periódicos que circulavam no Brasil joanino vinham de maneira clandestina em pacotes que partiam de Londres com destino ao Rio de Janeiro. Ali, esses periódicos eram lidos por funcionários dos mais altos escalões da Coroa portuguesa. Com a vinda da Família Real, deu-se a implantação da primeira tipografia na colônia portuguesa, a Impressão Régia, que publicou a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Com a tipografia referida, deu-se o surgimento das publicações periódicas feitas no solo brasileiro.

Os periódicos que chegam à colônia portuguesa nas primeiras décadas do XIX carregam projetos sobre os rumos tomados na relação entre Portugal e Brasil. Alguns dos títulos que apresentamos estavam intimamente ligados com as novas posições ocupadas por ambos os lados do Atlântico português após 1808. A título de exemplo, podemos apresentar os debates travados entre *O Português* e o *Correio Braziliense*. Ambos eram publicados a partir de Londres, todavia tinham orientação que buscava alertar para os ganhos de Portugal e de Brasil, respectivamente, no andamento dos fatos políticos.

A palavra impressa sofre uma grande mudança na primeira metade do século XIX, principalmente materializada a independência do Brasil em relação a Portugal em 1822. Em um primeiro momento, pelo menos até a Independência, esses periódicos estavam preocupados com as disputas em torno de d. Pedro I e de todo o contexto que era complexo e repleto de disputas políticas. A partir da década de 1820 e, principalmente, a partir da liberdade de imprensa experienciada no Brasil, os debates começaram a se preocupar com aspectos mais particulares e, assim, buscavam discutir, nos primeiros anos pós-Independência, o contexto de produção e a Constituição Outorgada. A produção de periódicos atinge seu ápice com os debates ocorridos após o *Sete de Abril*. Com a abdicação de d. Pedro I e a constituição das Regências para governar a nação recém-formada, a palavra impressa alcançou seus maiores números desde a impressão do primeiro número da *Gazeta do Rio de Janeiro* em 1808.

No Período Regencial deu-se a explosão da palavra pública, apoiada no ideal da opinião pública e com objetivos que são ligados a perfis políticos distintos. Ainda que não tenhamos escapado dos adjetivos *moderados*, *exaltados* e *restauradores*, buscamos complexificar os debates ocorridos naquele contexto, mostrando que as nuances existentes entre esses adjetivos podem, por vezes ser imperceptíveis, se partirmos de definições rígidas sobre os debates e os movimentos ocorridos.

Dessa sorte, buscamos a interpretação dos periódicos estudados no Capítulo II. O nosso objeto era, aqui, os debates desenvolvidos no interior de um modelo específico da imprensa que buscamos apresentar como imprensa cidadã. A Tipografia Fluminense é um espaço privilegiado para compreendermos os debates acerca da população negra, assim como seu proprietário, Francisco de Paula Brito. Esse é figura já conhecida da história da leitura e dos impressos no Brasil Imperial. A Tipografia Fluminense imprimiu títulos de importância à época, figurando Paula Brito como um dos maiores editores que temos no Brasil.

Por fim, buscamos apreender esses jornais a partir da compreensão da categoria de raça, tomando-a como uma formulação criada socialmente. Dessa forma, ao compreendermos a linguagem racializada que permeava os debates do período, o que percebemos é que a raça tinha a intenção de agrupar grupos específicos de cidadão. A questão racial é, destarte, ponto de partida para uma discussão mais geral no interior do Império do Brasil: a construção da cidadania. Pudemos, através das discussões apresentadas no Capítulo II, perceber que as definições raciais se multiplicavam nos periódicos de orientações políticas diversas. Os “homens de cor” buscavam a integração na cidadania de uma maneira universalizada, excetuando qualquer característica fenotípica como meio de separação e exclusão na sociedade imperial.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### 1. Fontes

#### a) Fontes manuscritas

**INVENTÁRIO.** Francisco de Paula Brito, falecido. Rufina Rodrigues da Costa Brito, inventariante. ANRJ, Juízo Municipal da 1ª Vara do Rio de Janeiro, 1862, n. 6210, maço 448.

#### b) Impresses periódicos

**AURORA FLUMINESE.** Rio de Janeiro, 1830-1833

**BRASILEIRO PARDO.** Rio de Janeiro, 1833.

**GAZETA DO RIO DE JANEIRO.** Rio de Janeiro, 1808-1822.

**NOVA LUZ BRASILEIRA.** Rio de Janeiro 1831.

**NOVA LUZ BRASILEIRA.** Rio de Janeiro, 1829-1831.

**O CABRITO.** Rio de Janeiro, 1833.

**O CORREIO BRAZILIENSE** ou Armazém Literário. Londres, 1808-1822.

**O CONCILIADOR FLUMINENSE.** Rio de Janeiro, 1832.

**O EXALTADO.** Rio de Janeiro, 1831-1835.

**O HOMEM DE COR.** Rio de Janeiro, 1833.

**O LAFUENTE.** Rio de Janeiro, 1833.

**O MULATO, OU O HOMEM DE COR.** Rio de Janeiro, 1833.

**O SATURNINO.** Rio de Janeiro, 1833.

**TRIUMVIR RESTAURADOR OU A LIMA SURDA.** Rio de Janeiro, 1833.

### 2. Referências Bibliográficas

ARROYO, M.G. *Políticas educacionais, igualdade e diferenças.* In: **RBP**AE, v. 27, n.1, p.83-94, jan/abr. 2011.

- ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Jackson, 1962.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Cambridge: Harvard University Press. 1975.
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *A recusa da "raça": anti racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, julho dezembro de 2005.
- BAHIA, Juarez. **Jornal: história e técnica**. História da Imprensa Brasileira. Rio de Janeiro: Atica, 1990.
- BARBOSA, Marianlva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800 – 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARMAN, Roderick J. **Brazil: the forging of a nation, 1798-1852**. Stanford, California: Stanford University Press, 1988.
- BASILE, Marcello. *Revolta e Cidadania na Corte Regencial*. In: **Tempo**, vol 11, nº 22, janeiro de 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**. Escritos de história e política. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda Nacional*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo II: O Brasil monárquico, 4º volume: Declínio e queda do Império. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHARTIER, Roger. *Opinion publique et propagande*. In: VOVELLE, Michel. **L'image de la Révolution française**. Communications présentées lors du Congrès mondial pour le bicentenaire de la Révolution, Sorbone, Paris, 6-12 juillet, 1989. Paris : Pergamoon. pp. 2345-2356.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, José Galante de. Enciclopédia de literatura brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Academia Brasileira de Letras, 2001. 2 v.
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**. tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DELACAMPAGNE, Christian. **L'Invention du racisme: antiquité et moyen age**. Paris: Fayard, 1983.
- FLORY, Thomas. "Race and social control independent Brazil". *Journal of Latin American Studies*, vol. 9, nº 2, nov. 1977

- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: Global editora, 2003.
- GEERTZ, C. (1989). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.
- GODOI, Rodrigo Camargo de. *O espólio do editor*. A “Avaliação de Bens” do Inventário de Francisco de Paula Brito. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.
- \_\_\_\_\_. **Um editor no Império**: Francisco de Paul Brito (1809-1961). Tese (doutorado). Orientador: Jefferson Cano. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, São Paulo. 2014.
- GOMES, N.L. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: Ricardo Henriques. (Org.) **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03. ed.Brasília: SECAD/MEC, p. 39-62, 2005.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Preconceito de cor e racismo no Brasil*. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, V. 47 N° 1. 2005.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Apresentação*. In: COUTINHO, J. J. da Cunha de Azeredo. **Obras econômicas de J. J. da Cunha de Azeredo Coutinho**. (1794-1804). São Paulo: Nacional, 1966, pp. 13-53. (Roteiro do Brasil, v. 1).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil Monárquico**: o processo de emancipação. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1976.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e Crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. São Paulo: Contraponto, 2006.
- LIMA, Ivana Stolze. *Com a palavra, a cidade mestiça*. In: Mattos, Ilmar Rohloff de (org.). **Ler e escrever para contar**: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998, p. 161-184.
- \_\_\_\_\_. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**, São Paulo: Editora Hucitec, 2004 (5ª edição).
- MILES, Robert. **Racism**. London: Routledge, 1989.
- MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)**. São Paulo, Hucitec, 2005.
- \_\_\_\_\_. **O período das regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. **O período das Regências (1831-18840)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Os Primeiros Passos da Palavra Impressa*. In: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB**. UFF, Rio de Janeiro, n. 5, pp. 15-34, 2004.
- NEVES, Lúcia M. Bastos P. *A guerra das penas: os impressos políticos e a independência do Brasil*. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Lisboa, v. 4, n.8, p. 41-65, 1999.
- PINA, Patrícia Kátia da Costa. *O jornal, o leitor e a leitura no oitocentos brasileiro*. **Revista Labirintos**, número 8, 2º semestre de 2010.
- PINTO, Ana Flávia. **De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.
- POCOCK, John. **Linguagens do Ideário Político**. São Paulo: Edusp, 2003.
- RIBEIRO, Gladys S. *A liberdade em construção : identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. (Tese: doutorado em História IFCH-UNICAMP). Campinas: UNICAMP, 2007.
- RIBEIRO, Gladys. “Pés-de-chumbo” e “Garrafeiros”: conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). **Revista Brasileira de História**, vol 23-24, 1991.
- RIZZINI, Carlos. **O jornalismo antes da tipografia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988.
- ROMANCINI, R.; LAGO, C.. **História da Imprensa no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

- SAUSURRE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2008. 27ª edição.
- SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EdUSP, 1980, p. 298.
- SILVA, T. T. *A produção social da identidade e da diferença*. In: \_\_\_\_\_. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.
- SOARES, Ana Loryn, SILVA, Elton Batista. *A revolução do Haiti (1791-1804): um estudo de caso*. In: **Ameríndia: História, cultura e outros combates**. Vol.1, ano 1. 2006.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. (atualizada). Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- TODOROV, T. **A conquista da América: a questão do outro**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- VIEIRA, Martha V. *As elites dirigentes e a construção do estado nacional brasileiro: entre conflitos e negociações (1831-1840)*. In: **História e Perspectivas**, jan/jun. 2014
- VILLALTA, L. C. **Pernambuco, 1817, encruzilhada de desencontros do Império luso-brasileiro: Notas sobre as ideias de pátria, país e nação**. Revista USP, São Paulo, v. 58, p. 58-91, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O que se fala e o que se lê*. In: NOVAIS, Fernando (org). **História da vida privada no Brasil**. Volume I. São Paula: Companhia das Letras, 1997.
- WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

## ANEXOS

## ANEXO I – Quadro com Obras impressas por Francisco de Paula Brito

Autor	Título da obra	Ano
ABREU, Casimiro de	As primaveras	1859
ALENCAR, José de	Mãe : drama em 4 actos	1862
ANDRADA, Martim Francisco Ribeiro de	Discurso do illustre parlamentar o senhor Ribeiro de Andrada, pronunciado na discussão do orçamento do Imperio em o dia 27 de julho de 1837	1837
ARAGUAIA, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de	Antonio José ou o poeta e a inquisição : tragédia	1839
ARAGUAIA, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de	Olgiato : tragedia em cinco actos	1841
ARAGUAIA, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de	A Confederação dos Tamoyos : poema	1857
ARAGUAIA, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Visconde de	Saudação á estatua equestre do fundador do Imperio o senhor D. Pedro I	1862
ASSIS, Machado de	Desencantos : phantasia dramática	1861
ASSIS, Machado de	Queda que as mulheres têm para os tolos	1861
[BARBOSA, Maria Benedita de Oliveira]	Zaira Americana mostra as immensas vantagens que a sociedade inteira obtem da illustração, virtudes e perfeita educação da mulher como mãe, e esposa do homem	1853
BARRETO, Domingos Alves	Memoria sobre a abolição do	1837

Branco Muniz	commercio da escravatura	
CAETANO, João	Reflexões dramaticas para uso dos candidados que se dedicam a scena	1837
CASTRO, Ana Luísa de Azevedo	D. Narcisa de Villar : legenda do tempo colonial pela Indygena do Ypiranga	1859
	CODIGO de Posturas da Illustrissima Camara Municipal	1854
	COLLECCÃO de diversas peças relativas á morte do illustre brasileiro Evaristo Ferreira da Veiga	1837
DIAS, Gonçalves	Ultimos cantos : poesias	1851
	A ESTATUA e os mortos : programma para a inauguração da Estatua equestre do Imperador D. Pedro I em 25 de março de 1862	1862
FRAZÃO, Manuel José Pereira	Cartas do professor da roça : artigos relativos à instrucção publica da côrte, publicadas no Constitucional de março e abril de	1864
GAMA, José Basílio da	O Uruguay : poema de José Basilio da Gama na Arcadia de Roma Terminando Sipilio	1855
GUADET, J	O Instituto dos Meninos Cegos de Paris: sua historia, e seu methodo de ensino. Traduzido por José Alvares de Azevedo	1851
JAGER, J. N. (Jean-Nicolas)	O celibato ecclesiastico, considerado em suas relações religiosas, e politicas. 2. ed. correcta	1836

MACEDO, Joaquim Manuel de	Luxo e vaidade : comedia original em 5 actos	1860
MAIA, Emilio Joaquim da Silva	Elogio Historico do illustre Jose Bonifacio de Andrada e Silva	1838
MORAIS, Alexandre José de Melo	Os portuguezes perante o mundo	1856
MORAIS, Alexandre José de Melo	Physiologia das paixões e affecções (Tomo 1)	1854-55
MORAIS, Alexandre José de Melo	Physiologia das paixões e affecções (Tomo 2)	1854-55
MORAIS, Alexandre José de Melo	Physiologia das paixões e affecções (Tomo 3)	1854-55
NORONHA, Joana de	As consolações	1856
PARENTE, Filippe Alberto Patroni Martins Maciel	A viagem de Patroni pelas provincias brasileiras de Ceará, Rio de S. Francisco, Bahia, Minas Geraes, e Rio de Janeiro : nos annos de 1829, e 1850; dividida em quatro partes	1836 (parte I).
PENA, Luís Carlos Martin	O noviço : comédia em 5 actos	1853
PORTO-ALEGRE, Manuel de Araujo	Prologo dramatico representado no Theatro Constitucional Fluminense, no faustissimo dia dous de dezembro de 1837	1837
PORTO-ALEGRE, Manuel de Araujo	A estatua amasonica : comedia archeologica	1851
REGO, José Pereira	Historia e descripção da febre amarella epidemica : que grassou no Rio de Janeiro em 1850	1851
	RELATORIO da directoria da Companhia da Estrada de Ferro de D. Pedro II lido na	1856

	sessão da Assembleia Geral em 15 de julho de 1856	
RUBIM, Bráz da Costa	Vocabulário brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza	1853
SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e	Amador Bueno ou a fidelidade paulistana : drama em 5 actos	1855
SILVA, José Bonifácio de Andrada e Silva	Elogio Academico da senhora D. Maria Primeira, recitado por José Bonifacio de Andrada e Silva, em sessão publica da Academia Real das Sciencias de Lisboa, Aos 20 de Março de 1817	1839
SILVA, Manuel Antônio da	Á Sua Alteza Imperial, a Serenissima Senhora Princeza D. Francisca Carolina, e a Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor Principe de Joinville, por ocasião de Seo Faustissimo Consorcio e proxima partida. Respeitoso cumprimento pelo Conego Manoel Antonio da Silva	1843
SOARES, Caetano Alberto	Memoria para melhorar a sorte dos nossos escravos lida na sessão geral do Instituto dos Advogados brasileiros no dia 7 de setembro de 1845 pelo Dr. [...] membro do Conselho Diretor do mesmo Instituto	1847
SOUSA, Antônio Gonçalves Teixeira e	Os tres dias de um noivado : poema que à memoria de seus paes dedica Antônio Gonsalves Teixeira e e Sousa	1844
SOUSA, Antônio Gonçalves	O cavalleiro teutonico; ou, A	1855

Teixeira e	freira de Marienburg: tragédia em 5 actos, por Antônio Gonsalves Teixeira e Sousa escripta em 1840	
------------	--	--

Disponível em: <http://www.bbm.usp.br/node/69>. Último acesso: 30 de março de 2016.

ANEXO II – Cabeçalho de *O Homem de Cor* (1833)

M 96

**O HOMEM DE COR.**

N.º 1.

BIBLIOTHECA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO

---

**CONST. POLITICA DO IMPERIO,**  
Tit. 20.  
*Dos Cidadãos Brasileiros art. 6.º*  
São Cidadãos Brasileiros &c. &c. §.ºs  
1.º 2.º 3.º 4.º e 5.º  
Tit. 8.º Das disposições geraes, e  
garantias dos direitos civis, e politicos  
dos Cidadãos Brasileiros. Art. 179. §.º 12  
Todo o Cidadão pode ser admitido aos  
cargos publicos civis, Politicos, e Mi-  
litares, sem outra differença que não  
seja a de seus talentos, e virtudes.

O Povo do Brasil he composto de  
Classes heterogeneas, e de balde as Leis  
intendem misturalas, ou confundil-as  
sempre alguma hade procurar, e ten-  
der a separar-se das outras, e eis hum  
motivo mais para a eleição recurr nas  
classes mais numerosas.

Por Manoel Zeferino dos Santos.—  
Presidente de Pernambuco.

Officio de 12 de Junho de 1833.

---

SABADO 14 DE SETEMBRO DE 1833

TIPOGRAPHIA FLUMINENSE DE BRITO E. C.

Com licença do Sr. Manoel Ze-  
ferino dos Santos, e de seu sequito.  
Parto monstruozo e revoltante he  
sem duvida o Officio de 12 de  
Junho de 1833, se a brutalidade  
lado serviço. Diz o Presidente de  
Pernambuco tratando das G. Na-  
cionaes = Que esta instituição que  
parecia ser a mais proficua para  
a defeza do Brasil e segurança da